

Casas de pescadores da Póvoa de Varzim

POR

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano

A Póvoa de Varzim é, certamente, no seu estrato piscatório, uma das unidades etno-culturais mais fortemente individualizadas do país. A actividade específica dessa gente, que se documenta desde épocas muito remotas, a sua organização tradicional, os seus aspectos etnográficos e temperamentais, o seu traje e glotologia, etc., conferem-lhe características altamente originais, que ainda hoje a distinguem nitidamente dentro do conjunto das populações de Entre-Douro-e-Minho.

Até princípios deste século, a grei poveira apresentava-se como um núcleo à parte, uma aristocracia popular, definida por um apuramento extremo de certas qualidades essenciais, e conservada na pureza do seu sangue por um exclusivismo cerrado e uma intransigente endogamia de grupo, a partir de um substrato primitivo multissecular: gente rude, corajosa e valente, de costumes puros e de fé ingénua, duma vitalidade exuberante, caldeada na poderosa disciplina da sua profissão uniforme e violenta, que a todos ligava por um fundo sentido de solidariedade e fraternidade perante a luta, de respeito perante o prestígio da idade e da experiência, e de orgulho de casta perante a igualdade e a majestade do risco que enfrentavam quotidianamente, nela se desenhava com particular relevo entre nós o tipo humano do *lobo do mar*, destemido e abnegado, que teve a sua expressão mais aca-

bada no «Cego do Maio»; a sua vida era dura, proba e austera, profundamente moldada pelos conceitos e padrões culturais da classe, que absorviam e dominavam inteiramente o pensar e o agir individuais.

Esta originalidade não podia deixar de se reflectir na habitação tradicional do poveiro, ajustada a um comportamento tão vigorosamente traçado. A casa é, entre todos os aspectos ou elementos paisagísticos, aquele em que mais visivelmente afloram os condicionalismos naturais, históricos e sociais, psicológicos e culturais, de qualquer grupo humano. Por isso, a casa poveira, além de possuir o particular interesse de um factor de diferenciação dentro do resto da província, interessa sobremaneira como expressão palpável de um modo de ser e de viver muito peculiares, que, nas suas transformações sucessivas, acompanhou, de um modo impressionante, a evolução da própria grei poveira e da sua mentalidade, e o declínio das suas instituições.

É nessa base que aqui tentaremos o seu estudo, procurando reconstituir as velhas formas primitivas de acordo com a escassa documentação que existe sobre o assunto e os raros vestígios que delas subsistem, e interpretando as subseqüentes modificações morfológicas em função de um processo genético de natureza lógica e de fundo social.

*

* * *

O núcleo inicial do aglomerado varzinense parece ter-se elaborado a partir de uma *villa urbana fructuária e rustica* do período lusitano-romano, fundada talvez após a dispersão castreja por qualquer magnate da vizinha cidade de Terroso (1), e da qual foram descobertos vestígios no subsolo da vila actual, no Alto de Martim Vaz e no troço inicial da Rua da Junqueira (2); e é presumível que «se se tivesse podido continuar com a explo-

ração arqueológica, por sob o pavimento das ruas... da vila, por certo... se encontrariam mais ruínas da antiquíssima Póvoa» (3).

A mais antiga indicação toponímica que se conhece relativamente a qualquer estabelecimento humano nesta área, está num diploma de 953, em que, a propósito das confrontações da «Uilla de comite», segundo a demarcação romana, se menciona a «Uilla euracini» (4), sendo por isso lícito supor-se que a designação corresponde ao primitivo povoado luso-romano, e que este se manteve como tal até fins do século X.

Os *Livros de Linhagens* referem uma doação feita pelo Conde D. Henrique a D. Guterre, do «porto de Varazim», que, a ser exacta, «provaria a frequentação da baía poveira antes da fundação da monarquia» (5); o texto é porém posterior aos factos relatados, e estes não se podem considerar averiguados, parecendo apenas indicativos de ermamento, nesse tempo à beira-mar, devido possivelmente à grande actividade da pirataria sarracena (6). Pelo seu lado, as *Inquirições* de 1220, que dão conta de uma apreciável indústria piscatória marítima por parte dos lavradores de Argivai — cuja freguesia compreendia então o solo da Póvoa actual —, Gesteira, Santa Cristina, etc. (7), são omissas em relação a Varazim; mas essa actividade devia fazer-se através deste porto, que não podia por isso ser deserto nem todo ele de propriedade particular. De facto, em 1308 encontra-se aqui, pelo testemunho do foral de D. Dinis, «uma pequena colmeia humana, em estado florescente, e por isso com longa idade» (8); e se se pensar que as *Inquirições* de 1220 são apenas um extracto incompleto das actas originaes, é de admitir que a primeira avançada de população marítima que veio fixar-se em Varazim, composta de pescadores dispersos pelo interior de Argivai, se tenha dado muito antes, talvez no tempo de D. Sancho I, que fomentou a pesca por toda a costa em geral, e nomeadamente na foz do Ave (9).

O texto fundamental relativo a este assunto é, porém, na verdade, o foral de D. Dinis, de 1308. Por ele, o soberano dá o reguengo de Varazim de Jusaão aos 54 chefes de família populares — alguns deles com apelidos ainda hoje em uso — que lá habitavam, mediante o pagamento de 250 libras anuais, permitindo-lhes que aí façam uma «pobra»; e, por uma cláusula tributária especial, vê-se que existia à data, além da pesca da sardinha que já seria de uso corrente, uma pequena navegação costeira, para importação de pão, vinho e sal, cujo interesse fiscal deixa entrever longo exercício, e que veio mais tarde a desaparecer, devido talvez à predominância decisiva da pesca, determinada pelo afluxo de mais pescadores comparoquianos argivalenses que se seguiu à constituição da «pobra», atraídos pelas vantagens do foral (10).

«Após a outorga» deste diploma, «o rei doou os direitos que estipulara, a seu filho bastardo Afonso Sanches e mulher, D. Teresa Martins. Por intermédio deles... o convento de Vila do Conde, fundado pelos dois, tornou-se donatário da Póvoa, que continuou com administração própria, chamando-se no reinado de D. Afonso IV — «A Bajlya da pobia nova de Varazim» (11). A Póvoa aparece assim, no decurso do século XIV, como uma vila, cujo domínio útil (que se traduzia nos rendimentos da pesca) — e em seguida o direito de exercer justiça e apelações —, pertencia ao convento das franciscanas; mais tarde, ouvindo as queixas dos seus súbditos «pobradores» contra a jurisdição do mosteiro, D. Manuel I concede à Póvoa novo foral, em 1514, estabelecendo a sua autonomia jurisdicional, que veio a ter plena eficácia em 1537, pela incorporação de Varazim à coroa e sua anexação à comarca do Porto (12).

A «pobra» primitiva parece ter-se situado um pouco para o interior, a nascente (13), e foi a partir daí que se deu a sua expansão, logo nos primeiros tempos certamente para poente,

em direcção à praia, onde a gente do mar exercia as suas actividades e onde se encontravam sem dúvida as instalações próprias da sua indústria (14). No decurso do século XVI desenvolve-se um núcleo urbano na área que corresponde hoje às imediações da Matriz, o qual passa a ser o centro municipal da Vila, onde se agrupam as suas casas nobres e se erguem, nos fins do mesmo século, os seus Paços do Concelho (15). Por outro lado, no largo de S. Roque, funda-se, também por essa altura, a pequena capela de S. Roque ou S. Tiago, para o serviço da gente que, como dissemos, já então vivia certamente por aquelas paragens (16). A Vila entretanto prospera e alarga-se, e, no século XVIII, intensifica-se o povoamento da faixa litoral costeira, formando-se, sobre as areias que bordam a enseada, e em especial para o sul, um novo aglomerado que cresce rapidamente, e onde se instala a população piscatória (17). Este movimento atinge a sua expressão mais acabada com a construção, no último quartel desse século, da igreja da Lapa, para a qual se transfere, com a imagem que se encontrava na capela de S. Roque, a Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, «amparo dos homens do mar» poveiros, que inicialmente ali se havia instituído e que depois foi substituída pela da Senhora da Assunção (18). Contudo, nesta data, «ainda era vulgar», como outrora, «a residência do pescador para o lado nascente da vila, e em lugares e ruas que hoje são habitadas por outras classes» (19). Em breve o bairro piscatório se concentra nessa zona, praticamente fechada à penetração de elementos estranhos à grei, e os pescadores desde então por ali se têm mantido, cedendo pouco a pouco o lugar que ocupavam nos outros sectores às demais classes de uma população já muito diferenciada.

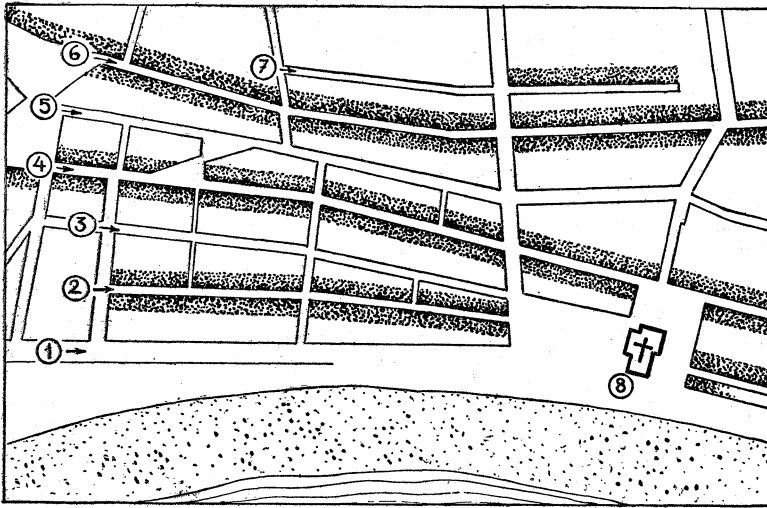
A partir porém de meados do século passado, a feição balnear da Póvoa e a influência de forasteiros que, em número crescente e já pelo menos desde finais do século XVIII, ali acorrem

e se instalam durante a época de verão (20), tem determinado, ao mesmo tempo que a urbanização da zona central da praia e a transformação da rua da Junqueira numa artéria comercial, a modificação progressiva e total das casas dos pescadores que aí se encontravam, no sentido da sua adaptação a vivendas de aluguer a famílias veraneantes de fora, hotéis e pensões, casas de diversão e comércio, etc.; em breve o bairro norte passa a ser aproveitado para iguais fins, e, acompanhando a decadência das instituições e traços característicos tradicionais da classe, parece começar a vez do próprio bairro sul.

Esse bairro foi-se constituindo, no século XVIII, por extensos arruamentos mais ou menos rectilíneos e paralelos uns aos outros, orientados na direcção Norte-Sul, segundo a linha do litoral, ligeiramente encurvada (Des. 1): no alto da duna, face ao mar, a rua da Caverneira, e, atrás dela, a rua do Fieiro (21); a meia altura, a rua da Lapa; e a seguir, já em baixo, a rua da Areia (22), a rua de Trás dos Quintais, a rua dos Ferreiros (23) e a rua da Cordoaria. Estas ruas eram, como hoje ainda, cortadas aqui e além por transversais rectilíneas — às vezes apenas estreitos carreiros entre os muros de dois prédios (24) — que galgavam o areal em direcção à praia. As casas dos pescadores, com os seus quintais alongando-se para as traseiras, encontravam-se nas ruas do Fieiro, da Areia e dos Ferreiros, umas à face das outras, de ambos os lados destas ruas; as ruas intermediárias, da Lapa, de Trás dos Quintais e da Caverneira, mostravam apenas os muros do fundo dos quintais daquelas casas, com as suas portas de tábuas munidas de toscos «caramelhos» de pau. No lado nascente da rua da Cordoaria viam-se também casas; mas do lado oposto, havia só os muros dos quintais das casas da rua dos Ferreiros.

Este sistema de distribuição corresponde a zonas de povoamento recente. Ruas paralelas, transversais perpendiculares, preo-

cupações de alinhamento; as casas são pequenas, mas os terrenos são amplos, porque o solo arenoso era de pouco valor; cada unidade imobiliária surge de uma repartição de terrenos planificada, em talhões mais ou menos iguais, lotados convencional-



Desenho 1

1 — Rua da Caverneira; 2 — Rua da Assunção (antiga do Fieiro); 3 — Rua da Lapa; 4 — Rua 31 de Janeiro (antiga da Areia); 5 — Rua de Trás dos Quintais; 6 — Rua Miguel Bombarda (antiga dos Ferreiros); 7 — Rua da Cordoaria; 8 — Igreja da Lapa.

mente, e não em função da lenta, irregular e caprichosa acção de factores históricos.

Temos notícia, em relação à casa primitiva do pescador poveiro nos bairros norte e sul, da existência, ainda em princípios deste século, de barracas ou casinholos térreos, de madeira, servindo-lhe, como é a regra na classe, de habitação e ao mesmo tempo de abrigo para a sua aparelhagem profissional (25), feitos em tábuas de pinho pintadas a vermelhão (26), dispostas horizon-

talmente, no sistema de «escama», ou verticalmente, com as juntas vedadas por estreitas réguas, e apoiadas num sôco de pedras, tosco, irregular e quase rente ao solo. As mais das vezes sem janela, e apenas com uma porta de postigo à frente (27), tais casas, iguais e contíguas umas às outras, mostravam, para esse lado, um beiral baixo, em telha caleira, que representava o remate da água do telhado que para aí corria, com o aspecto de uma cobertura única e a mesma para todas elas (Fig. 1).

Extremamente pobres, acanhadas, e mal amanhadas, essas casas compunham-se interiormente, na sua maioria, de uma só divisão (28) sem soalho e em telha vã, sem chaminé, onde toda a família dormia conjuntamente, em camas de bancos com colchões de palha (29), e onde também se cozinhava, num espaço reservado para a lareira, e se guardavam cordames, redes, cortiças, velas e demais aprestos, que se amontoavam aos cantos ou se penduravam do travejamento (30); quando se acendia o lume, o fumo espalhava-se por toda a casa, escapando-se apenas pela porta e por entre as telhas; quando chovia, passava-se o tempo a mudar de poiso, à procura de sítio onde não pingasse. A exiguidade de espaço disponível e a deficiência de condições de alojamento, obrigava a que grande parte dos trabalhos caseiros, nomeadamente os que diziam respeito à actividade piscatória — feita ou compostura e «encasque» de redes, etc. —, tivesse lugar na rua, em frente à porta de entrada, que geralmente se conservava aberta. De facto, a rua, sob muitos aspectos, era o complemento da casa, e a vida diária passava-se à vista de todos (31); mas, mais do que promiscuidade de vizinhança, esse facto exprimia principalmente a unidade, a solidariedade e o sentido comunitário da vida do grupo (32), ao mesmo tempo que a sua pobreza.

A existência de construções de madeira é corrente em todo o litoral, constituindo mesmo, até não há muito tempo, o tipo

normal de casa da beira-mar, que provém de tempos muito remotos (33). Na Póvoa de Varzim, tais casas — de que já nenhum exemplar existe — representam ao mesmo tempo que certamente uma forma arcaica e cronologicamente primária, um nível económico definido: as velhas casas de madeira não seriam sempre necessariamente as casas mais antigas do pescador da Póvoa, mas sim aquelas que, reproduzindo a mais antiga tradição, eram principalmente as mais pobres, elementares e baratas, e, como tais, coevas ou até por vezes mais recentes do que outras, de pedra e cal, que com elas alternavam naquelas paragens, e que progressivamente as foram substituindo (34).

É destas últimas, que também até princípios deste século obedeciam a um tipo uniforme (35), que passamos agora a ocupar-nos; e sobre elas nos deteremos com minúcia, não só por serem aquelas que se nos afiguram mais representativas do viver poveiro característico, mas também porque são elas que se encontram na origem das várias formas que em seguida apresenta a casa da Póvoa em geral.

Como as primeiras, estas casas eram térreas, baixas e pequenas, com telhado em telha caleira portuguesa, de duas águas desiguais, tendo as empenas nas paredes laterais divisórias, e sendo a água das traseiras a mais comprida. Elas situavam-se do mesmo modo à face da rua, para onde mostravam uma fachada nua e pobre, geralmente caiada a branco, muitas apenas com a porta de entrada, outras com a porta e uma janela, outras ainda, mais raras, com a porta entre duas janelas, todas elas com os madeiramentos — portas, postigos e caixilhos — pintados a vermelhão ou, por vezes, a cores mais vivas (36) (Figs. 2 e 3). O beiral, em alguns casos um pouco saliente, apoiava-se sobre o lintel destas aberturas, e era igualmente o remate da água do telhado que corria para a frente da casa. Com certa frequência, o pavimento da casa ficava um pouco abaixo do nível da rua: a

fachada era então extremamente baixa, e as pessoas, para entrarem, tinham que se curvar e descer um degrau, que fazia de soleira (37).

A porta, de uma só folha, era de tábuas lisas e macheadas, ligadas por duas travessas onde se firmavam as dobradiças, e, na sua parte superior, abria-se um postigo largo com uma simples portada móvel sem vidros, que, quando não havia janela, era o único rasgo de iluminação à frente da casa (38). (Ver Des. 5, exterior).

Estas casas mediam cerca de 5 a 6 metros de frente, por 10 a 12 de fundo (39) e a parede da frente pouco passava dos 2 metros de altura. Constavam apenas de duas divisões estruturais: a sala, à frente, abrindo directamente para a rua, e a cozinha, nas traseiras, tendo também, como único rasgo exterior, uma porta semelhante à da entrada, igualmente de postigo, que dava para o «quintal».

A fachada das traseiras, mais baixa que a da frente, era, como ela, nua e simples: uma parede lisa e pouco cuidada, a porta da cozinha, e, logo acima dela, um pequeno beiral rematando a longa água do telhado, visível desse lado; o pavimento ficava aí muitas vezes abaixo do nível do quintal, e a soleira da porta da cozinha fazia de degrau. O quintal era uma estreita faixa de terreno arenoso todo murado, da largura do prédio, que se estendia até à rua paralela àquela onde se situava a frente da casa, e para a qual comunicava por uma porta, com um tosco «caramelho» de madeira, de punho circular (40).

As paredes do prédio eram em alvenaria de granito, com cerca de 60 cm de espessura, grosseiramente rebocadas e caiadas, exterior e interiormente (40-a). A divisória entre a sala e a cozinha era a mais das vezes um muro de pedra igual aos outros; mas em muitos casos era uma parede de tabique grosseiramente revestida e caiada. Aí se abria uma porta de

comunicação, tosca e simples como as portas exteriores, mas sem postigo.

As portas exteriores, além da chave, tinham em baixo «trinquês» de madeira, de punho comprido, que fechavam por dentro, e à altura normal, «caramelhos» (Ver Des. 4) com que se podia abri-las do exterior. As janelas, quando existiam, tinham portadas lisas, do mesmo modelo primitivo das portas.

A cozinha, muitas vezes, em virtude da topografia local, ficava num nível sensivelmente inferior ao da sala, sendo frequentemente necessário descender-se um ou vários degraus para se passar desta divisão para aquela.

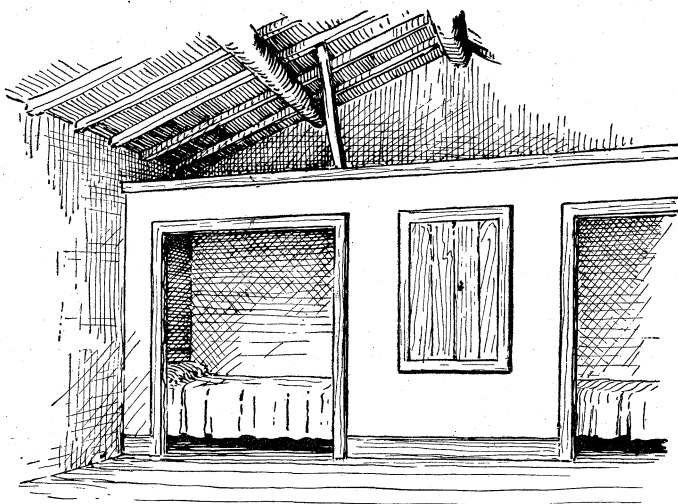
O chão da cozinha era de terra, enquanto que o da sala parece ter sido sempre soalhado (41).

Nem a sala nem a cozinha tinham tecto, e, interiormente, a armação do telhado estava à vista: a trave do cume, no alto, as «linhas» — muitas vezes simples troncos descascados (42) — a meia altura, e, sobre elas, os caibros e as tábuas de forro em que assentavam as telhas; mas enquanto que na cozinha estas tábuas eram espaçadas, deixando nos intervalos as telhas a descoberto, na sala o forro era contínuo, no sistema de «escama», em que um dos lados cavalga ligeiramente a tábua seguinte, vedando inteiramente a vista das telhas. Raras vezes a trave do cume se encontrava sobre a parede divisória entre a sala e a cozinha; pelo contrário, geralmente ela ficava sobre a sala, não raro mesmo a meio dela. A «linha» das traseiras é que muitas vezes assentava sobre aquela divisória; mas outras vezes, as duas «linhas», dispostas simetricamente de cada lado da trave do cume, viam-se ainda sobre a sala. Nestes casos, a água das traseiras do telhado era muito maior, e vinha sensivelmente mais abaixo que a da frente. Os caibros da cozinha, embora no prolongamento dos da sala, partiam da parede divisória, e apoiavam-se a meia distância em outras traves de «linha».

O elemento característico e verdadeiramente original destas casas, era a armação das «camaretas», por vezes com o «camarote» a meio, ocupando de lés a lés a parede lateral da sala, correspondente a uma das empenas. As «camaretas» são duas alcovas abertas, «com a largura precisa para armar os bancos e colocar sobre eles as tábuas que, com o colchão e o travesseiro, cheio de palha solta, constituem a cama do poveiro. No camarote do centro fechado (guardava) o poveiro as suas melhores roupas» (43), e também redes, aprestos de pesca, e outros objectos. Esta armação firmava-se toda ela, à frente, num barrote horizontal com as extremidades fixadas às paredes do topo — a divisória da cozinha e a que dá para a rua —, a cerca de 1,50 m da parede lateral, e à altura de cerca de 2 m (44); este barrote apoiava-se noutros barrotes dispostos a prumo nos limites dos rasgos das «camaretas». A armação, à frente e nas divisórias entre as camaretas ou entre estas e o camarote, era toda em madeira (45), de tábuas à vista macheadas e pintadas, ou noutros casos em tabique caiado a branco por dentro e por fora, e com as molduras de cor (46); ela tinha um tejadilho igualmente de tábuas à vista, macheadas e caiadas, assentes sobre curtos caibros cravados na parede do fundo e apoiados no barrote corrido da frente (Des. 2).

Entre este tejadilho e o travejamento do telhado da casa, com a sua maior altura no topo da empena, medeava um desvão à vista da sala, à guisa de sótão aberto; nele se arrumavam redes, cestos, lenha, e, quando a família era numerosa, aí dormiam mesmo pessoas, geralmente os filhos da casa (47). A esse sótão aberto ascendia-se por um escadote de madeira, móvel, que, para servir, se apoiava no barrote frontal da armação (48). «As paredes das camaretas estão cobertas com migalheiros e quadros com imagens dos Santos das suas devoções. À cabeceira o ramo de oliveira benzido no dia de Ramos» (49).

Era na sala, tal como a descrevemos, que o poveiro dormia, comia, trabalhava, fazia «serões», e guardava as redes, aprestos marítimos, roupas e demais objectos (50). Além das camaretas e do camarote, via-se ainda aí o *paneiro*, espécie de mesa ou prateleira de tábuas assentes em dois paus horizontais cravados atrás na parede, e apoiados em duas pernas à frente, onde se pousavam as redes; *caixas* ou *caixões* «com os arranjos domés-

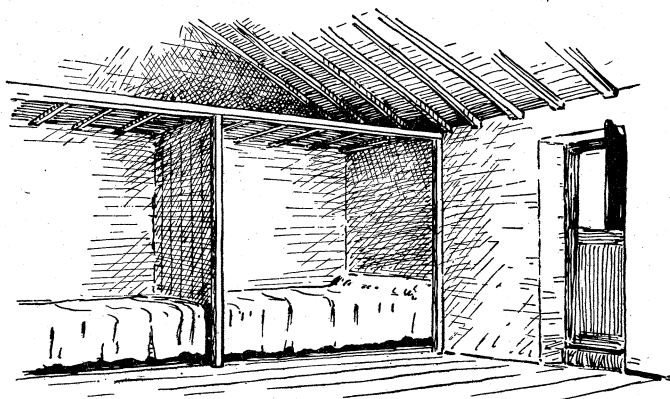


Desenho 2

ticos, servindo também de bancos»; por vezes uma cómoda ou uma mesa; e, dependurados nas traves, o *balaio* — tábuas suspensas por cordas, pelas duas extremidades (51), onde se colocava o pão, a cesta, as agulhas de marear e fazer rede — o bicheiro para os polvos, a roupa de oleado, o *ganha-pão* ou roda-fole para a apanha do sargaço, etc. Debaixo das camas, guardavam, em caixas, o peixe seco, e, às vezes, o berço dos filhos e panais velhos (52). No bom tempo, geralmente a porta da casa ficava aberta durante o dia, por costume e para deixar entrar mais luz;

mas nos dias chuvosos ela fechava-se, e apenas o postigo aberto iluminava a sala. À noite «a casa é iluminada pela luz duma mecha de pano de algodão torcida, envolvida em... *graixa* vertida numa candeia bastante primitiva... dependurada num mancebo» (53).

Na cozinha encontrava-se a um canto o forno do pão, em tijolo (54), ao lado da lareira, alta e encostada à parede, e, a



Desenho 3

Camaretas constituídas por um simples tapamento de madeira.

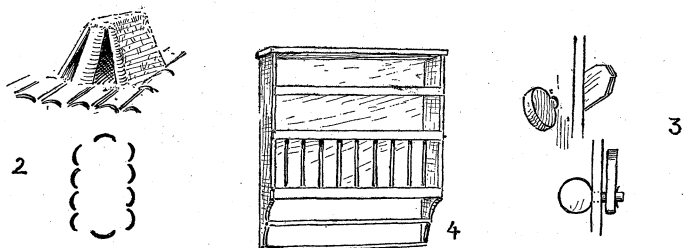
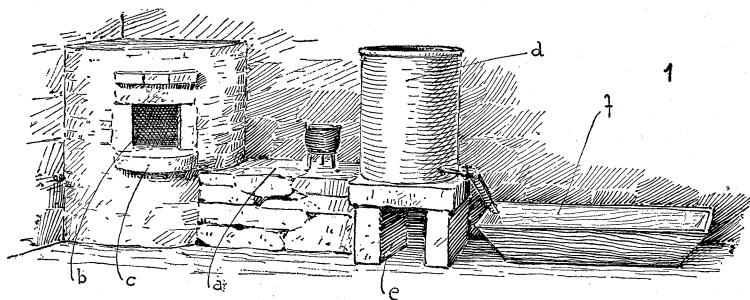
(Vide nota 46).

seguir, a instalação para o «encascar» das redes: sobre uma fomalha de pedra, — o *forno* — uma caldeira de cobre, ligada por tubagem adequada a uma comprida *masseira* de madeira, ou mais raramente, a um *pio* de pedra. Dispostas em roda, viam-se ainda a *masseira* do pão, o *caixão* ou arca onde se guardava o milho, um alguidar para lavar a louça pousado num banco ou num caixote, ao lado do *escudeleiro* ou prateleira para os pratos, as tinas onde se salgava o peixe (55), etc. (Des. 4).

Estas cozinhas tinham, sobre a lareira e o forno, uma chaminé rudimentar, constituída por um simples buraco no telhado,

rodeado superiormente por telhas postas ao alto, e inclinadas de forma a encostar os topos, saindo o fumo pelas duas extremidades.

O «quintal» era um logradouro da casa para trabalhos acessórios da pesca: nele se via um *pio* de pedra para «adoçar» as



Desenho 4

1 — Forno, lareira e instalação para o encasque das redes: a — lar; b — boca do forno; c — lareira do forno; d — caldeira; e — forno; f — masseira do encasque.

2 — Chaminé; 3 — Caramelhos; 4 — Escudeleiro.

redes, ou seja um tanque onde elas se demolhavam em água doce antes da operação do «encasque», remos, mastros e vergas, o tanque de lavar a roupa, por vezes um poço, etc.

Estas casas, que cronologicamente correspondem ao período do apogeu da vida poveira característica, e representam certamente um dos elementos basilares da poderosa tradição local,

eram, apesar de inteiramente ao serviço de gente muito prolífica e cuja profissão exclusiva implicava aparelhagem de vulto, de dimensões reduzidas e com acomodações precárias e inconvenientes. Com frequência, várias gerações da mesma família — o velho casal, um seu filho ou filha casados, porventura outros filhos ou filhas solteiras ou viúvas, e os filhos pequenos desta segunda geração — habitavam sob o mesmo tecto (56), dormindo todas as pessoas na sala única, com o recato apenas que permitiam as camaretas (57); e embora a conduta e a mentalidade do poveiro de então fossem regidas pela moral estrita do «respeito» (58), era por vezes difícil evitar uma certa promiscuidade.

Estas circunstâncias, aliadas às razões de ordem geral que por toda a parte explicam o declínio das culturas tradicionais particulares, determinaram aqui, a partir do final do século passado (59), o abandono do plano que vimos descrevendo e, a modificação das velhas casas de camaretas então existentes, no sentido do seu melhor ajustamento às necessidades dos seus habitantes e às novas noções e condições de vida social e de convívio que então surgem. A casa muda quando a classe rompe os seus quadros rígidos, escolhe profissões diversas, diferencia-se economicamente em vários níveis, adopta princípios e modos de viver estranhos — quando, numa palavra, a força da tradição cede perante as considerações utilitárias e o nivelamento cultural do mundo moderno.

Essas modificações, que desde o simples aumento das dimensões da casa até à sua divisão interior em vários compartimentos e à criação dum andar superior, conduzem à casa actual da Póvoa, multiforme e multifuncional, sem características definidas, que serve para qualquer classe e que obedece a planos muito variados e de evidente invenção pessoal, deram-se porém visivelmente a partir da casa primitiva, segundo uma evolução lógica que se documenta numa grande variedade de formas

intermediárias, e que representa o desenvolvimento progressivo de alguns elementos e conceitos fundamentais daquela casa, em que as deficiências que mencionamos eram mais sensíveis.

São essas formas que passamos a descrever, como gradações sucessivas de um processo genético único (60), indicando especialmente os elementos que o determinaram — nomeadamente a armação das camaretas e o desvão de arrumos sobre elas.

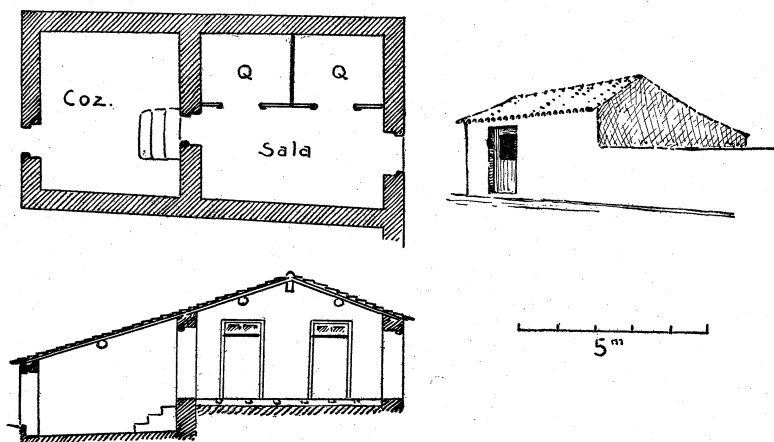
A) Evolução da armação das camaretas:

A primeira e mais importante modificação que sofre o plano primitivo, é a supressão da armação das camaretas, que marca o momento da ruptura com a tradição local, e a implantação de novos conceitos. Aquela armação é removida, substituindo-se por um tabique ou, por vezes, por um tapamento de madeira macheada e pintada (61), que, como ela, corre de lés a lés ao longo de uma das paredes laterais da sala, isolando dois quartos fechados, cujas portas respectivas abrem para esta (62). Os quartos, embora pequenos, são sensivelmente maiores que as anteriores camaretas, porque além de terem aumentado em profundidade, ganharam lateralmente o espaço antes ocupado pelo camarote, quando este existia. Em cada um deles se vê agora, muitas vezes, uma cómoda ou uma mesa, e cadeiras.

Estas casas, agora geralmente pintadas a cores variadas, mostram sobre a rua uma fachada de beiral baixo, com uma porta e uma janela, ou uma porta entre duas janelas. A porta abre sempre para a sala, correspondendo no primeiro caso a janela ao quarto, e no segundo uma ao quarto e outra à sala. O quarto de trás é sempre interior, e recebe apenas a luz escassa da bandeira da porta, ou de qualquer postigo envidraçado que às vezes existe no tabique entre os dois quartos.

Os quartos têm sempre tecto horizontal, que primeiramente era o próprio tejadilho de madeira das camaretas, e que depois passou a ser de estuque; pelo contrário, a sala é, como antes,

sem tecto, com o madeiramento do telhado à vista. Nas mais simples destas casas, por cima do tecto dos quartos, o desvão entre ele e armação do telhado continua aberto para a sala, tal como acontecia com as camaretas; nele se arrumam igualmente redes e aparelhos de pesca, e por isso se vê sempre, em qualquer canto da casa, uma escada de encostar (63). Noutros casos, o tabique frontal dos quartos prolongou-se para cima até ao



Desenho 5

Planta de uma casa da Rua 31 de Janeiro.

telhado, entaipando o desvão, que fica sem serventia (64) (Des. 5). A cozinha, a sua localização e arranjo interno e externo, mantêm-se sem alteração.

B) Evolução do desvão de arrumos sobre o tejadilho das camaretas:

Tendo em vista o aumento de espaço para arrecadações, a sala recobre-se de tecto horizontal, mais alto ou mais baixo, a princípio certamente de madeira mas agora na maioria dos casos estucado, que é o prolongamento do tejadilho das camaretas, e que, ao mesmo tempo que esconde a armação do telhado, cons-

titui, pelo lado de cima, um pavimento com a superfície igual à área conjunta da sala e dos quartos. Compreendido entre esse pavimento e armação do telhado, surge assim o esboço dum segundo piso, que serve de sótão de arrumos e a que se dá o nome de «falso», e ao qual se ascende por uma escada fixa, em dois lanços, que geralmente sobe encostada à parede divisória entre a sala e a cozinha, e nasce da sala a seguir à porta do quarto interior, que lhe aproveita o vão. É o desenvolvimento e transformação progressiva desse sótão num verdadeiro andar superior sobre a sala (65) que explicam todas as demais formas que foi desde então tomando a casa popular poveira.

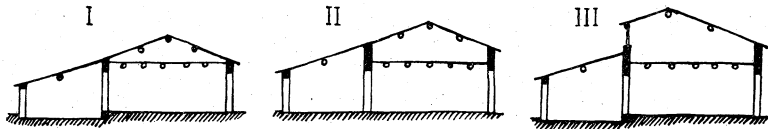
1) Num primeiro estadio desta evolução, o «falso» enxerta-se nas casas primitivas, pela construção apenas do tecto da sala e da escada de acesso, sem impor alterações estruturais; mantém-se a altura das paredes e o mesmo telhado, a sala fica com um tecto muito baixo, e o «falso» aproveita simplesmente o vão existente, achatado sob o telhado, sem quaisquer divisões nem janelas ou postigos (Des. 6-1).

2) Num estadio a seguir, o «falso» tende a ganhar altura, e procura soluções de iluminação. Exteriormente a casa alteia a sua estrutura clássica: embora se possa ainda considerar térrea, mostra agora sobre a rua uma fachada mais elevada; o beiral já não assenta sobre as padieiras da porta e das janelas, tal como sucedia outrora; entre umas e outras medeia uma parede lisa, que por vezes atinge uma altura considerável. Esta maior altura, interiormente, reflecte-se apenas no pé direito do falso: o tecto da sala e dos quartos mantém-se baixo, o mais possível, ao nível da padieira da porta de entrada.

Para o lado das traseiras, esta casa apresenta aspectos variados, e, por, vezes formas complexas:

a) O falso fica apenas mais alto, mas a casa, à parte a frontaria mais elevada, conserva as suas linhas fundamentais (Des. 6-II).

b) O telhado da casa quebra-se, e separam-se os telhados do falso e da cozinha, que se tornam independentes. A parede divisória entre a sala e a cozinha eleva-se, e atinge a altura dum andar superior; sobre o falso fica um telhado de duas águas marcadamente desiguais, a da frente muito alongada, nascendo no beiral alto, a das traseiras muito curta, terminando naquela parede, ao nível do andar de cima. O telhado da cozinha nasce muito abaixo, duma altura conveniente nessa parede divisória. Entre o beiral da água traseira do falso, e o nascimento do telhado da cozinha, há portanto um grande desnível vertical, constituído pelo prolongamento da parede divisória entre a sala



Desenho 6

e a cozinha, que aí passa a ser uma parede exterior, geralmente revestida de chapa-zincada, ou mais raramente de telhas postas ao alto, e onde se rasgam uma ou duas janelas, que iluminam francamente o falso (Des. 6-III).

O falso passou assim a ser um andar, embora, nesta fase, sem quaisquer divisões; aí se arrumam redes, cortiças, aprestos avultados, etc., aí se podem realizar certos trabalhos domésticos ou profissionais; e, quando é preciso, «dorme lá a canalha». É típico o aspecto exterior destas casas — que se podem considerar a forma intermédia mais frequente das casas de pescadores da Póvoa, especialmente nas ruas do bairro sul — térreas à frente mas com o beiral alto, uma longa água frontal, e nas traseiras um verdadeiro andar que corresponde ao falso, e que, erguido acima da altura em que nasce o telhado da cozinha,

tem o aspecto duma água-furtada especial da largura total da casa (66) (Figs. 5 e 6).

3) Na mesma linha de desenvolvimento do falso, aparecem seguidamente casas em que, naquela parede elevada da fachada frontal, entre as padieiras da porta e das janelas e o beiral do telhado, se rasga um postigo ou pequeno janelo quadrangular ou redondo, para iluminação do falso, que indica já nessa fachada, a existência de um piso superior (67) (Fig. 7).

4) Noutras casas ergue-se na mesma fachada um «mirante», com a altura normal de um andar; este mirante, com a sua janela, não ocupa a largura toda da casa, mas apenas um sector a meio, interrompendo o beiral, que subsiste, de cada lado, à altura do rés-do-chão (68) (Fig. 8).

Outra solução, relativamente frequente como a anterior, é a de uma pequena construção a meio da largura do telhado, um pouco recuada do beiral, e cujas duas águas se inserem na água frontal da casa (69) (Fig. 9). Esta solução, que é muito corrente em todo o N. W. do país, tem aqui o interesse de patentear a resistência ao abandono puro e simples da ideia da casa térrea, aparecendo o andar como que disfarçado sob as formas antigas. Raríssimas vezes aparece ainda outra solução, em que, recuada igualmente do beiral, se levanta uma parede a toda a largura do prédio, de tabique forrado a chapa ou a telha, onde se abrem duas janelas (70) (Fig. 10).

Muitas outras formas se encontram, em que as ideias mestras que estão na base desta evolução afloram em combinações diversas e especiais, documentando com toda a evidência a unidade do processo genético que apontamos. Assim, numa casa de esquina, no Largo da Lapa, vemos, na fachada frontal, a parede acima do lintel da porta e janelas, lisa e sem aberturas, mas invulgarmente elevada — de facto, da altura de um verdadeiro andar —; na realidade, ela corresponde a esse verdadeiro andar,

que, na empena lateral, tem mesmo uma janela normal, ao nível devido (Fig. 11). É portanto já uma casa de andar, que contudo, na fachada frontal, se apresenta ainda como térrea no que respeita a rasgos, em obediência a um estilo tradicional. E o mesmo se pode dizer do sentido dos «mirantes» recuados, de que atrás nos ocupamos.

Deve-se notar, como dissemos, que em todos estes tipos de casa perdura a cozinha das velhas casas de camaretas, térrea, em telha vã, a seguir à sala, e voltada para as traseiras. A falta de espaço, contudo, tem obrigado ultimamente a construir um pequeno acrescento com esse fim, anexo e erguido longitudinalmente a um lado do quintal.

5) Finalmente o falso transforma-se num verdadeiro piso superior, e a casa passa a ser de rés-do-chão e andar, este último geralmente com duas janelas.

O falso, de entrada recinto sem divisões e utilizado para arrumação e trabalho, passa a ter utilização mais diferenciada. Vemos primeiro surgirem divisórias em tabuinha, provisórias, que isolam um compartimento ou dois, servindo de quartos, situados ora sob o esconso do falso, à frente da casa, ora mais raramente nas traseiras, enquanto que o restante espaço livre continua a ser utilizado para o fim anterior. Essas divisórias tendem a tornar-se fixas, em tabique, e o falso aparece finalmente, em muitas casas actuais, arbitrariamente dividido, conservando apenas dos conceitos antigos, um recinto largo e aberto, para as traseiras, onde se trabalha; e isto sucede mesmo, muitas vezes, nas casas que já têm um franco andar sobre a rua.

*
* *
*

Nas Cachinas, zona de povoamento recente (71), tributária, sob o ponto populacional e cultural, da Póvoa de Varzim, e mesmo, mais especialmente, da gente do bairro sul, que, emergindo das dunas que afloram sob os seus arruamentos, elas prolongam com a Poça da Barca de permeio, as casas pertencem, na sua quase totalidade, e com certos caracteres diversamente acentuados, à categoria que definimos atrás sob os números B-2-a, isto é: casas que exteriormente mostram sobre a rua uma fachada térrea mas alta, na sua maioria com uma porta e uma janela, e com uma parede lisa mas que por vezes atinge uma altura considerável, mediando entre as padieiras desses rasgos e o beiral. Interiormente, essa maior altura reflecte-se apenas no pé direito do «falso», que não tem qualquer janela ou postigo: o tecto da sala e dos quartos é baixo, ao nível da porta de entrada. O telhado é de duas águas simples, ficando as empenas nas paredes laterais divisórias das casas contíguas. É típico o aspecto de longas séries de casas todas de idênticas proporções, com um telhado aparentemente único onde apenas se adivinham as secções das paredes divisórias sob as telhas, e com as fachadas diversificadas por uma grande variedade de cores garridas, cada uma delas realçada ainda por barras e madeiramentos pintados de cor diferente.

Os caracteres especiais a que aludimos, dizem respeito à forma da sala, que, comparada com a das casas da Póvoa do mesmo tipo, se apresenta aqui comprida e estreita, reduzida quase às proporções de um corredor. Informam-nos de que nunca aqui foram usadas «camaretas».

Na Poça da Barca, a mesma forma predomina, mas aí já se encontram, ao mesmo tempo que os tipos anteriores, casas do tipo B-2-b, em que o «falso» é iluminado pelas janelas de um verdadeiro andar superior, em águas-furtadas sobre as traseiras, que se eleva acima do telhado da cozinha; e além desse, também numerosas casas de mirante a meio da fachada (tipo B-4), casas de rés-do-chão e andar, com duas janelas de frente (tipo B-5), e, de um modo geral, todas as demais variedades das casas típicas da Póvoa vizinha.

Vemos assim que a habitação primitiva da Póvoa foi transplantada para as Cachinas numa fase intermédia e já adiantada da sua evolução, em que o «falso» originário se definira num andar rudimentar de arrumos, sem que porém o edifício perdesse as características exteriores aparentes de uma casa térrea, e que nesse tipo ela se fixou e se generalizou. Na Poça da Barca, mais próxima da Vila e em contacto permanente com ela, a casa não se fixou nessa fase intermédia, e acompanhou a evolução ulterior da casa poveira, adoptando mesmo as soluções mais recentes.

*

* *

O sistema geral das alcovas, que compreende várias categorias, entre as quais se podem incluir as «camaretas» poveiras, encontra-se, sob diversas formas, em muitas outras áreas, países e épocas (Figs. 12 e 13). Além de alcovas-móvel, distinguiremos as alcovas-armação, de cama fixa ou de cama móvel, e as alcovas-cubículo, com espaço apenas para a cama, ou formando um pequeno quarto interior. As alcovas-móvel são peças especiais de mobiliário, camas fechadas que se podem deslocar e colocar em qualquer parte da casa; as alcovas-cubículo apresentam-se como pequenos recantos ou quartos interiores, com pare-

des divisórias argamassadas, que abrem para qualquer dependência, e que foram previstos e incluídos na estrutura fundamental da casa; as alcovas-armação consistem numa peça fixa, montada em barrotes e traves de madeira cravados nas paredes e pavimento duma sala, mas que não fazem parte da estrutura da casa; estas últimas podem ainda ser, como dissemos, de cama fixa ou de cama móvel, conforme a cama ou catre faz parte da própria armação, ou esta apenas abriga o espaço onde se instala uma cama móvel e independente. As «camaretas» poveiras, na sua forma mais simples e que se nos afigura mais primitiva, parecem sem dúvida dever incluir-se na categoria das alcovas-armações, de cama móvel. Contudo alguns exemplares podem considerar-se como formas intermediárias entre essa categoria e a das alcovas-cubículos, com acentuação da primeira feição, uma vez que, nesses casos, a armação embora não faça parte da estrutura primordial da casa, forma recantos com paredes de argamassa, que têm muitas características de pequenos quartos abertos.

Em Portugal, além das «camaretas» poveiras, conhecemos outros casos que se podem também incluir nessa categoria intermediária entre as alcovas-armações de cama móvel, e as alcovas-cubículo, com espaço apenas para a cama. No concelho de Celorico de Basto, por exemplo, existe uma velha casa (72) que, a um lado da sala, mostra uma armação de madeira formando duas alcovas contíguas, separadas por um tapamento de tábuas, cada uma das quais com as dimensões exactas de uma cama. Os prumos de castanho, cravados no soalho nas extremidades e a meio (este recobrimdo a vista do tapamento), formam pilastras, com molduras decorativas nas bases e capitéis: a trave do alto, fixa às paredes laterais e corrida de lés a lés, a toda a largura da sala, tem do mesmo modo, belos frisos ornamentais. O tecto da sala é de castanho, em forma de masseira, enquanto que o

do recanto das alcovas ao lado, é horizontal, contíguo, mas independente daquele. O conjunto apresenta-se, para lá do seu aspecto funcional, como um motivo de luxo, e, mais acentuadamente do que as camaretas poveiras, é uma forma intermediária entre um elemento estrutural da casa e uma armação.

Por outro lado, os dois quartos, que, na Póvoa, após a supressão da armação das camaretas, vieram ocupar o lugar destas últimas, pertencem sem dúvida à categoria das alcovas-cubículo, integradas na estrutura da casa, geralmente com o aspecto de pequenos quartos dando para a sala. E assim, a evolução da casa poveira que atrás documentamos, representa, no que se refere à substituição das «camaretas» pelos dois pequenos quartos, um processo de transformação de um tipo de alcova-armação de cama móvel, numa alcova-cubículo. Este último sistema encontra-se, em termos semelhantes, em várias outras áreas portuguesas, nomeadamente em certos, tipos de casas da Maia e de Esposende, que noutro lugar descrevemos (73).

NOTAS

(1) É esta a opinião de José Fortes, in: *Restos duma villa lusitano-romana*, Porto, 1905, págs. 14 a 43, citado por Fonseca Cardoso, *O Poveiro*, in: «Portugal», tomo II, Porto, 1905-1908, págs. 522/523. Este último autor admite, porém, que essas ruínas representam «uma parcela da proto-histórica povoação marítima dos velhos oestrimnios que exerciam a indústria da pesca e da salga de peixe sob o regímen fenício, que dela fizera possessão sua», e que habitavam esta parte da *Ophiussae Frons* de Avieno. Fonseca Cardoso sustenta a hipótese da ascendência semítica fenícia e nórdica normanda do poveiro actual, pela acção destes dois grupos étnicos sobre o fundo indígena constituído pela ligação íntima das duas raças neolíticas, dolicocefala e braquicefala mongolóide: «Sobre um estrato indígena já pescador, porção desse oestrimnios de Avieno que ensinaram aos tartésios e aos tírios o caminho das ricas Cassitérides, assentaram depois, em épocas mui diferentes e distanciadas, duas raças humanas também

pescadoras e navegadoras: a fenícia semítica, e a loura teutónica ou normanda. E assim se produziu o poveiro, de viver simples, pacífico, exercendo a pesca como navegante audaz e atrevido».

Numa hipótese como na outra, vemos pois que se afirma o substrato castrejo do poveiro. De resto, toda a região litoral, compreendida entre o Ave e o Cávado, foi, desde os tempos pré-históricos, densamente habitada. Inúmeros vestígios de civilizações dolmênicas e castrejas que por ela se encontram, nomeadamente sobre os areais de Lavra, Póvoa, Abremar, etc., «atestam a permanência de sociedades humanas neolíticas, luso-romanas, até hoje». E de facto, certos historiadores, fundando-se pelo seu lado em razões de parentesco cultural entre o grupo poveiro e as comunidades serranas minhotas e transmontanas, filiam o primeiro, tal como parece ser o caso das últimas, nas gentes célticas de civilização castreja. Com efeito, aqui como ali, deparamos com o mesmo fundo comunitário, regendo aqui o trabalho e o produto da pesca, embora se registre aqui uma certa diferenciação de classe que na serra não existe, conforme a categoria do barco e do pescado — os «lanchões», os «sardinheiros» e os «pescadores de linha» —; a solidariedade social, ainda mais viva que nas sociedades serranas; o governo independente e o recurso para julgamento de pleitos e testilhas ao juízo dos «homens de respeito», com repugnância pela justiça oficial; a mesma elevação e austeridade moral... o amor à genuinidade social, e, como consequência, a endogamia... a... fraternidade entre os seus membros e ainda «certas palavras como o «campo», aplicado a certo mar; a «caça», ao conjunto das redes; a «ceifa» ao tempo que uma «caça» anda no mar sem ser substituída; ou as siglas representadas por uma grade ou um arado, que marcam a transição da comunidade agro-pastoril para a piscatória». Nesta orientação, o processo de assinalar todos os objectos de propriedade individual, os de família e os de «companha», com siglas próprias, radica na tradição pré-histórica das marcas do gado, com que se distinguem as reses do clã (Vide Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, págs. 523, 530, 539; Jaime Cortesão, *A Póvoa e o Poveiro*, in: «O Primeiro de Janeiro» de 26 de Julho de 1956, pág. 1; Jorge Dias, *Rio de Onor, comunitarismo agro-pastoril*, Porto, 1953, págs. 134/135 e 183 (marcas de gado), e Vilharinho da Furna, *Uma aldeia comunitária*, Porto, 1948, págs. 49/64 e 81/82 (marcas de gado); e Santos Graça, *O Poveiro*, Póvoa de Varzim, 1932, págs. 17/34).

(2) Acerca das escavações na rua da Junqueira, veja-se Padre Brenha, *A Póvoa já foi romana*, in: «A Póvoa de Varzim», 2.º ano, n.º 14, 15 de Maio de 1913: «No centro desta vila, rua da Junqueira, em 1898, fortuitamente

se encontraram restos de habitações romanas, caracteristicamente definidas. O Sr. Manoel Ferreira Barbosa mandou abrir, em Agosto daquele ano, um poço numa propriedade que possuía na rua da Junqueira, desta vila. Quando se procedia a essa obra, os trabalhadores, a profundidade pouco mais ou menos de oito palmos, encontraram dentro da área aberta para a perfuração do poço, uma parede orientada de L. para W., com a espessura de três palmos, feita de pedras não trabalhadas, pedaços de granito rolados, seixos grandes (material talvez abundante no tempo da construção da mesma) seguros ou cimentados com terra negra, tendo misturada bastante areia. Continuando os trabalhadores no abrimto do poço, viram que a parede chegava até à profundidade de 21 palmos, onde encontraram o alicerce dela. Nada se podia concluir com relação ao tempo, a que se devia atribuir esta obra, nem pelo modo de construção, nem pelos materiais empregados, e simplesmente se poderia dizer que era de feitura muito antiga, dada a grande diferença que havia entre o nível do alicerce e o do terreno actual (21 palmos!); mas por um felicíssimo acaso, do lado do norte da parede foram encontrados, perto da base, restos de cerâmica romana (tégula, imbrex, etc.), e, (achado importante que pena foi quebrar-se) um PANELO de barro preto em forma de cântaro, com duas asas pequenas no pescoço, que mal lhe cabiam dous dedos, colocado mesmo encostado à parede; ou até parecia que a parede tinha uma espécie de nicho, onde ele estava, porque apesar da cautela que eu tinha recomendado no desfazer da parede, lhe quebraram um bocado de bojo, mostrando que estava meiado duma terra pardacenta, luzidia, húmida e que, esfregado entre os dedos, era muito macia e tinha bem justaposto na boca um tijolo... Por esta descrição se vê claramente que o tal *panelo* era, quer pela colocação quer pelo conteúdo... uma URNA FUNERÁRIA (ou ossuária). Desta espécie de urnas ou vasos se servia a gente romana de menos meios para nelas recolherem as cinzas ou ossos de seus parentes». Veja-se também Viriato Barbosa, *A Póvoa de Varzim*, Porto, 1941, págs. 11/12, relatando o facto que teve lugar na casa que na data do livro tinha o n.º 6, da rua da Junqueira, e era propriedade de seu pai. A notícia foi publicada nessa altura pelo P.º Brenha no jornal local «A Estrela Povoense», e o jornal «A Independência» também se referiu ao assunto.

(3) Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 523.

(4) Alberto Sampaio, *As Póvoas Marítimas*, vol. I, Porto, 1923, pág. 321, nota 5. O diploma em questão é uma carta de venda do prédio rústico de Vila do Conde, feito por Flamula Deo-vota ao Mosteiro de Guimarães, em que se indicam como limites, a nascente e norte, a Villa Fromarici (Formariz) e a Villa

Euracini; «estes limites são os antigos — *in suos terminus antiquos*; ora os antigos, para os homens do século X, eram a anterior sociedade germânica, que se fundira completamente na romana. Os suevos e visigodos apoderando-se do país romanizado, conservaram cuidadosamente as limitações anteriores das propriedades, como dispunha o Código Visigótico, e isto mesmo estava no seu interesse, pois assim mais facilmente se efectuaria o lançamento dos tributos; portanto, dizendo-nos aquele título que a Villa de Comite estava limitada pelos *suos terminus antiquos*, indica-nos até onde ascendia essa antiguidade, quer dizer, o prédio rústico antigo que eles assinalavam, tinha sido fundado e demarcado primitivamente no período romano». (Cfr. Mons. J. Augusto Ferreira, *Vila do Conde e seu Alfoz*, Porto, 1923, págs. 11/12).

Viriato Barbosa amplia o raciocínio à delimitação da Villa Euracini, que localiza sem dar razões, nas imediações da actual rua da Junqueira. «Essa vila, criada junto ao mar, teria certamente como principal comércio, não obstante o seu carácter agrícola, a produção do sal... As salinas ficariam a poente, talvez onde a rua da Junqueira tem o seu termo»: o documento de 935, a propósito de Vila do Conde, fala de *salinas* e *pescarias*, e na verdade o sal e o peixe eram elementos primordiais na vida das «cidades e castros»; ora, o mesmo grau de riquezas devia possuí-lo a vizinha Villa Euracini»; e reforça a sua hipótese com a consideração de que os terrenos sobre os quais assenta actualmente a rua da Junqueira são de aluvião, e de que ainda não há muito tempo, o mar, nas marés cheias, avançava pelos sítios da rua do Tenente Valadim, até proximidades do antigo Largo da Bandeira. (Viriato Barbosa, *op. cit.*, págs. 11, 12 e 13).

(5) Alberto Sampaio, *op. cit.*, pág. 322.

(6) *Ib.*, pág. 356.

(7) *Ib.*, págs. 322/323. As Inquirições de 1220 informam que em Argivai, onde a coroa possuía vários reguengos, os lavradores de 20 dos 42 casais existentes, *quando iam pescar ao mar*, pagavam ao fisco o *navão*, isto é, um peixe por cada navio, lancha, ou outra embarcação, ou uma mealha, se o não faziam à sexta-feira; os de Gesteira, pagavam do mesmo modo o *navão*, ou dois soldos por ano cada embarcação, se não pescavam; os de Santa Cristina, chegando o Governador da terra, serviam-no de pescado. E a alternativa da «mealha» ou dos «dois soldos», mostra, segundo este autor, «um trabalho usual».

(8) *Ibid.*, pág. 323.

(9) *Ibid.*, págs. 325 e 357.

(10) *Ibid.*, págs. 323/325. É digna de nota a menção que neste diploma

se faz já da apanha do sargaço na Póvoa: «...E mando que todo argaço que seja em termo da dicta pobra o aiam os pobradores dela».

(11) *Ibid.*, pág. 325. Veja-se também P.^o José Joaquim Martins Gesteira, *Memórias Históricas da Villa da Póvoa de Varzim*, Porto, 1852, capítulo v.

(12) Gesteira, *op. cit.*, cap. vi e vii.

(13) Manuel Silva, *Terra Enfeudada*, in: «A Póvoa de Varzim», 3.^o Ano, n.^o 15, 15 de Junho de 1914. Alberto Sampaio, *op. cit.*, pág. 326, lembra que ainda hoje se chama «Vila Velha» a um bairro (que corresponde ao local onde se construiu a igreja nova do Sagrado Coração de Jesus), onde podia muito bem ter sido a «pobra» de D. Dinis. Viriato Barbosa, porém, partindo da sua hipótese da localização de Villa Euracini nos princípios da rua da Junqueira, entende que a expressão «Varazim de Jusaão» — isto é, *de Jusante* ou *de Baixo*, ou seja: junto ao mar — que figura no foral de 1308, significa que a «pobra» de D. Dinis representa o desenvolvimento daquela Villa romana (*op. cit.*, pág. 22), e que portanto o primitivo aglomerado dos «pobradores» se localizava igualmente «por esses sítios da Junqueira» (pág. 68). E diz: «Se pudéssemos recuar... quatro a cinco centenas de anos, veríamos... esta povoação de pescadores, nos séculos xv e xvi certamente constituída por um aglomerado de casas térreas marginando a enseada, e, a nascente, agrupando-se em redor da capela da Madre de Deus» (págs. 38/39).

(14) Viriato Barbosa, *op. cit.*, pág. 39, afirma recordar-se de ver na rua da Junqueira duas casas térreas (demolidas nos princípios deste século, que deviam remontar aos séculos xv ou xvi (!); e também que, por volta de 1870/1880, havia ali «uns casebres também com as características próprias da habitação de pescadores de tempos antigos» (pág. 39). De resto, ainda hoje existem nessas imediações — por exemplo na rua e beco das Hortas — casas características de pescadores, térreas, contíguas umas às outras, com fachadas de porta e janela, dispostas a um dos lados da rua, enquanto que o outro mostra apenas traseiras de quintais, e das quais algumas, na rua das Hortas, se encontram no alinhamento antigo, mais recuado que o actual. Contudo, o grande incremento do povoamento da faixa litoral parece ter-se dado no século xviii. Vide Nota 17.

(15) O edifício dos primitivos Paços do Concelho, que se pode ver, quase intacto, na esquina das actuais ruas da Igreja e da Conceição, foi construído pouco depois do fim do reinado de D. Manuel I; constava de cinco arcos, três na frente e um a cada lado, na esquina, e tinha um brasão de armas entre as duas janelas da frente (Gesteira, *op. cit.*, cap. xix; e Viriato Barbosa, *op. cit.*,

pág. 42). Este último autor, *op. cit.*, págs. 42/43, indica algumas casas nobres sitas naquele mesmo centro, que está na origem do actual bairro da Conceição, que descreve como sendo «por via de regra casas sobradadas de acanhadas dimensões e cuja característica principal era a padieira com entalhes na face exterior, em que predominavam as linhas curvas». O mesmo autor, sempre dentro da sua hipótese topográfica, escreve: «O povoado, que primitivamente tivera fulcro no lugar de Euracini dos romanos, estendia-se para o nascente e criara no actual bairro da Conceição o seu principal aglomerado (*op. cit.*, págs. 29 e 30). E esclarece que entre o edifício da Câmara e a Igreja da Madre de Deus (edificada em 1542 no lugar que corresponde à esquina poente fronteira ao adro da actual Matriz, e que durante muito tempo se julgou ter sido a primeira Matriz da Póvoa, transferida em 1702 para a capela da Misericórdia, no lugar da Mata, e demolida em 1898), tinha começo a rua da Madre de Deus, artéria de principal ligação entre aquele bairro e o dos pescadores, por meio de travessas tortas e mal calcetadas... Os campos do Bohido e dos Favais, onde em parte... veio nos fins do século XVIII a ser traçada a Praça Nova do Almada, dividia os dois bairros» (pág. 43); e de facto, ainda hoje se dá o nome de «Calçada» ao arruamento sul dessa Praça. «E como a enseada era de fácil acesso (pelo lado da terra), a população que trabalhava no mar, podia, sem prejuízo das suas ocupações, estabelecer moradia até no lugar do Coelhoheiro (no interior, a nascente). ...Não vai longe o tempo em que, nesse lugar, considerado excêntrico, moravam pescadores que na quadra da faina do mar, se entregavam ao seu mister, e no tempo da falta de peixe, arroteavam a terra» (pág. 39). «Dos campos circunvizinhos vinham os ribeiros do Bohido e dos Favais, encontrar-se no sítio onde algumas centenas de anos mais tarde se construiu o Largo da Bandeira. Os dois ribeiros juntando as águas, passavam desde aquele ponto a formar o Esteiro. Este caminhava até ao mar pelo leito que veio a ser aproveitado com os aterros feitos, para formar, em parte, a actual rua do Tenente Valadim... No lugar onde vemos construído o Casino, as águas do Esteiro, nesses tempos recuados, entravam no mar. O assoreamento de toda esta parte que em tempos remotos constituía a baía, foi lentamente feito durante alguns séculos... Assoreada a maior parte da baía, o bairro dos pescadores ia alargando para o sul, de maneira a formar, já nos nossos dias, um novo bairro, o mais típico da nossa gente do mar» (pág. 40).

O distinto investigador povoense, Ex.^{mo} Sr. Fernando da Silva Barbosa, a quem o nosso inquérito tantos esclarecimentos e facilidades fica devendo, e que pôs à nossa disposição material por ele recolhido para os seus estudos, no seu

trabalho em preparação sobre a topografia histórica da Vila, apoiado em documentação inédita, por ele descoberta, e no memorial original que serviu de base às *Memórias Históricas* de Gesteira, é de opinião de que em 1544 já a Póvoa de Varzim se encontrava eclesiásticamente independente de Argivai, e de que a primitiva Matriz tinha o seu assento numa ermida da invocação de S. Tiago que se situava no actual Largo das Dores, antigo lugar da Mata, da qual apareceram vestígios — nomeadamente uma imagem do Apóstolo, a que o Livro Costumeiro da Misericórdia atribui a idade de cerca de 8 séculos, e «uma porta de cantaria, em ogiva, com a soleira bastante gasta... vendo-se na parte superior externa, duas siglas», e, além dela, grande quantidade de silharia, também com «siglas» (Bernardino Faria, *S. Tiago e S. Telmo na Igreja da Misericórdia*, in: «A Póvoa de Varzim», 3.º ano, n.º 8, 28 de Fevereiro de 1914, com ilustrações das imagens dos dois santos e da porta e siglas nos n.ºs 7 e 8 do 5.º ano, de 13 e 20 de Fevereiro de 1916). — Quando da demolição em 1910 da antiga capela da Misericórdia, que incorporara e viera ocupar o lugar daquela ermida, e que foi substituída então pelo actual templo da Misericórdia. Em 1757, a Matriz da Vila é transferida e instalada na actual Matriz, então acabada de construir, por a da Mata ser muito distanciada da Vila.

(16) A capela de S. Roque foi fundada em 1596 por Diogo Peres de S. Pedro e sua mulher Maria Fernandes de Faria, e em 1741 erige-se aí a confraria do Apóstolo S. Tiago, «cuja imagem se diz que apareceu na praia desta Vila no princípio do cisma de Inglaterra». (Gesteira, *op. cit.*, cap. XVII). Segundo Viriato Barbosa, essa capela foi fundada, com efeito, «para servir a população do primitivo bairro de pescadores, que era por esses sítios da Junqueira». (*Op. cit.*, pág. 68).

(17) Num manuscrito datado de 1758 da autoria do Tenente Veiga Leal, intitulado «Notícia da Villa da Póvoa de Varzim», que o Sr. Fernando da Silva Barbosa estudou e de que nos dá conhecimento, fala-se na «divisão» que nessa data se faz «entre as ruas e casas que eram vila antiga, e casas e ruas que de novo há poucos anos se formaram e vão formando em outro plano mais próximo da praia do mar chamado Junqueira, nome provindo de ser este sítio algum dia antes de povoado um juncal». (A Junqueira era a área compreendida entre a actual rua do mesmo nome e a rua dos Ferreiros). «O espaço que divide hoje esta vila em duas partes é uma calçada de 33 braças ordinárias de comprimento, e duas de largo, com paredes de um e outro lado que tapam uns amenos prados e férteis campos...». E mais adiante: «... a rua da Areia, que tem este nome por ser já formada em areia solta da praia, e em falta de chãos sólidos para

edificação das muitas casas que cada dia se inovam, e brevemente virá a ser preciso denominar as ruas da areia com distintivos, porque a Vereança teve e tem a providência de dar arrudos os chãos para edifícios, que nalguns estão já levantados e demarcados outros; mas como se não acham sucessivamente continuados, é tudo ao presente rua da Areia...». E numa acta da Câmara da Póvoa de Varzim, datada de 20 de Outubro de 1767, que o mesmo investigador descobriu e nos autoriza a publicar em primeira mão, mencionam-se, numa ordem de ideias semelhante, as «areyas que esta Câmara tinha aforado aos moradores desta Villa para nellas fazerem cazas para sua vivenda...», dizendo-se que «esta Villa tinha hido em hum grande aumento na pescaria de sorte que já se compunha do melhor de sette centos fogos», e que, como «não havia onde comodamente se pudecem idificar cazas para acomodação do Povo... recorrerão as ditas areyas adonde he muito conveniente terem as ditas cazas para com mais brevidade acudirem às suas embarcasoins da pesca por lhe ficarem contíguas a costa do mar...». Por aqui se vê que o povoamento da faixa litoral foi feito por aforamentos e que ele se deve ter intensificado sobretudo no decurso do século XVIII. (Vide nota 14). Contudo, a casa n.º 41 da rua da Assunção, apresenta a meio da padieira superior da porta de entrada, uma inscrição, deteriorada e pouco clara, que o Sr. Fernando Barbosa interpreta como sendo a data de 1600. O estilo de certos pormenores dessa casa, nomeadamente as padieiras arqueadas da porta e das duas janelas, parecem indicar um estilo rústico do século XVIII, e a inscrição pode talvez representar a casa de 1800. (Fig. 9). A ser porém exacta a leitura daquele investigador, o facto provaria o povoamento do bairro sul a partir pelo menos dos princípios do século XVII.

(18) Cfr. Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 524, transcrevendo a informação do investigador povoense Sr. Manuel Silva; e também pág. 519. Veja-se ainda Viriato Barbosa, *op. cit.*, págs. 69/72.

(19) Cfr. Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 524.

(20) O Sr. Fernando Barbosa indica-nos a acta de uma reunião da Câmara da Póvoa, de 1776, que já alude à «muita gente que a ela vinha comprar peixe e também aos banhos do mar»; e, por outro lado, uma resposta da mesma Câmara, incluída no Livro de Actas, datada de 1824, que diz que a vila continha «mais de 6.000 habitantes, número que dobra nos meses de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro, com as pessoas que a ella concorrem a tomar banhos das províncias, do Minho e Trás-os-Montes». A feição balnear da Póvoa acentua-se principalmente no decorrer da última metade do século passado

após a construção da linha férrea do Porto à Póvoa e Famalicão: «A praia... da Póvoa... só começou a tornar-se conhecida como estância balnear marítima há cerca de 40 anos», ou seja, por volta de 1870 (B. P., *Os banhos através da História*, in: «A Póvoa de Varzim», 2.º Ano, N.º 1, 1.ª Quinzena de Outubro de 1912). A urbanização da zona central da praia e a transformação das casas e barracas de pescadores que bordavam o areal nessas paragens, em casas e estabelecimentos para forasteiros, data dessa ocasião; nos nossos dias, viam-se ainda áreas de secagem de redes no espaço que corresponde hoje mais ou menos ao largo fronteiro ao Palácio Hotel e Casino.

(21) Actualmente rua da Assunção.

(22) Actualmente rua 31 de Janeiro.

(23) Actualmente rua Miguel Bombarda.

(24) O Sr. Fernando Barbosa informa-nos que estes carreiros, a que dão o nome de «cangostas», que, com a largura de pouco mais de um metro, atravessam, numa longa enfiada rectilínea que nasce na praia, os sucessivos blocos compreendidos entre as ruas principais do bairro piscatório, destinavam-se à passagem dos mastros e varais que se recolhiam aos quintais, à mão, e tinham por fim evitar que se tivessem de fazer grandes desvios.

(25) Existiam também aqui, face à praia, umas pequenas barracas, igualmente de madeira e muito toscas, que serviam apenas de arrecadação de aprestos de pesca. Construções dessa categoria, ou com o carácter de habitações temporárias, são, sob diversas formas, frequentes em toda a costa norte, nomeadamente nas povoações de gente que se dedica à apanha do sargaço, e em que o aglomerado se situa no interior, havendo por isso necessidade de abrigos junto à praia. «D'ordinário constituem dependências de casas de lavoura, só utilizadas... nas épocas de procura do sargaço e em vista da arrecadação volante deste ou como residência temporária do sargaceiro». É pois possível que tais barracas na Póvoa — de que vimos ainda um último exemplar na Poça da Barca, de costas voltadas para o mar, servindo de oficina de carpintaria marítima —, pertencessem a alguns desses pescadores que ainda no século XVIII viviam dispersos pelo interior da vila.

Em Vila Chã, a sul do Mindelo, o povoamento actual está a fazer-se pelo aproveitamento e adaptação a casas de habitação permanente, das barracas de arrecadação que, em fileira, bordam a enseada, a sul do povoado antigo. Essas barracas são de paredes de pedra; mas apesar disso, cabe perguntar se, de modo semelhante, as velhas casas de madeira da Póvoa se poderão filiar nessas primitivas barracas de abrigo que havia na praia, ou se, pelo contrário, tais bar-

racas representam a adaptação de antigos prédios de tabuado, de que fala Rocha Peixoto (*Os Palheiros do Litoral*, in: «Portugalia», Tomo 1, 86).

(26) Essa pintura era feita com os restos da infusão de casca de salgueiro que sobravam da operação do «encasque» das redes (Vide Joaquim Leitão, *Póvoa de Varzim*, in: «A Póvoa de Varzim», 2.º ano, n.º 16, 15 de Junho de 1913).

(27) Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.ºs 16 e 17 de 15 de Junho e 13 de Julho de 1913, insiste na grande largura das portas destas casas, que constituem a sua «única pretensão ambiciosa», e que, segundo o autor, ocupam mesmo, em muitos casos, toda a fachada, para que o pescador «possa entrar com uma coroa de cordas em cada braço, um leme ou um remo ao ombro...», e além disso, «de olho no secadouro e ancoradouro», e sem se mexer do catre ou da lareira, observar o seu barco, o estado do tempo ou do mar, etc. Com base nos elementos informativos de que dispomos, não parece que este pormenor se possa considerar de carácter geral e típico destas casas.

(28) Por vezes um tabique de tábuas a prumo isolava a lareira do resto do compartimento, onde as pessoas dormiam. Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 17, referindo-se a estas casas, diz que esse compartimento era «dividido (?) por um leito de bancos ou beliche, suspenso da parede, e pela lareira...». E Ramalho Ortigão, *As Praias de Portugal*, Porto, 1876, pág. 57, escreve a este respeito: «As casas são interiormente de um grande pitoresco... O mesmo quarto serve de sala, de alcova, de cozinha. A um lado está o lar, ao outro a cama, um leito ou um beliche suspenso como a bordo; a prateleira da louça pende de uma parede; do tecto suspendem-se os molhos das cordas cor de sépia; as trouxas de roupa, as redes, os cestos, os aparelhos de pesca». E fala nos «cações escalados que estão secando ao sol estirados nas pontas com três pregos» e nas «paredes negras e gordurosas».

(29) Na nota anterior, citamos a indicação de Joaquim Leitão, que fala de «leito de bancos ou beliche suspenso da parede», e a de Ramalho Ortigão que fala de «um leito ou beliche suspenso como a bordo». Cremos que este «beliche» deve significar a armação das camaretas, de que nos ocuparemos detidamente a seguir, ao estudarmos a casa característica do pescador poveiro, de cal e pedra. Todos os nossos informadores, porém, foram unânimes em afirmar que nas casas de madeira, rudimentares e pobríssimas, não existiam camaretas; as notícias em questão têm possivelmente em vista as demais casas, de cal e pedra, embora pareçam referir-se, especialmente a de Joaquim Leitão, às de madeira, que com aquelas alternavam.

(30) Vide Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 17.

(31) *Ibid.*: «Quem se embrenhar pelos dois arruamentos que formam as três filas mais ou menos irregulares do bairro, entra desde aí a surpreender as minudências caseiras de marítimo: criancitas descalças, corpete e cuecas rachadas a meio das nádegas, úrinando de pé, como homens; um rapazote, atirando uma acha para o fogo em que referve, em plena rua, verdadeira oficina comunalista, o caldeirão de casca de carvalho; uma pequenita que passa, a correr com a almotolia do azeite; uma pobre viúva, de cântaro de folha à cabeça...; interiores húmidos, onde blusas e calças de baeta, encharcadas da última pescaria, teimam em secar, onde as mulheres se catam e onde Neptunos de... meses esperneiam por cima de encerados velhos, alumando com a carnação... dos seus pêzitos... a fobreguidão dos panos brossados a pez; mulheres de olhos avermelhados, pelo contacto abusivo da salmoira e da salsugem, agravam as suas oftalmias crónicas remendendo a filharada ou o homem, na escuridão de porões que sepulta os catres; e... sem pressas mas sem melancolias, cachimbando, um velhote de matações grandes e boina carregada começa pachorrontamente uma rede, com o descanso de quem tem diante de si outra tanta vida para tecer e romper». De resto, ainda hoje, o trabalho feito pelas pessoas sentadas no chão, na sala, à porta da casa, que está geralmente aberta, à vista da rua e de quem passa, é um traço característico da vida poveira; e nas Cachinas, tributárias da Póvoa sob múltiplos aspectos, vê-se toda a gente na rua, na lida caseira. Ramalho Ortigão, *op. e loc. cit.*, fala também em «todas as casas abertas», «em dias de sol».

(32) Acerca da solidariedade social e do sentido comunitário no grupo poveiro, veja-se Nota 1. Como manifestações dessa natureza, na vida da rua, temos notícia do «encasque» das redes que então aí se realizava, e que era preparado na «caldeira» e «pio» de qualquer pescador mais abastado, que as possuía e emprestava aos vizinhos mais pobres, sem nenhuma remuneração. É vimos que Joaquim Leitão, referindo-se à vida na rua, fala no «encasque» e chama ao «caldeirão» «verdadeira oficina comunalista» (Nota anterior).

(33) Na região da Póvoa encontramos ainda algumas construções em madeira que apoiaram a nossa investigação, nomeadamente o barracão da Poça da Barca a que nos referimos na Nota 25, e um casebre no bairro da China, a sul de Azurara, onde há cerca de trinta anos todas as casas eram desse material. O nosso estudo foi porém feito principalmente à base da documentação fotográfica existente no Museu da Póvoa, comparado com a notícia, de resto lacunar e imprecisa, de intenção descritiva puramente literária, de Joaquim Leitão, já várias vezes mencionada, intitulada *Póvoa de Varzim*, e publicada na revista «A Póvoa

de Varzim», 2.º ano, n.ºs 14, 16 e 17, de 15 de Maio, 15 de Junho e 13 de Julho de 1913; e 3.º ano, n.ºs 1, 2 e 4, de 15 de Outubro, 15 de Novembro e 24 de Dezembro do mesmo ano — completadas e esclarecidas com os informes de alguns poveiros da velha guarda, de entre os quais destacamos o Sr. José da Costa Novo, que nos dá a honra de nos chamar seus amigos.

(34) Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 16; e também Rocha Peixoto, *op. e loc. cit.*, que diz que «na Póvoa de Varzim, ... o prédio de tabuado desaparece rapidamente, mal se encontrando já um ou outro disperso e até, as mais das vezes, adaptado a armazéns de sal e de pescado» (A este respeito, veja-se o que dizemos atrás, na nota 25, acerca das origens das casas de madeira).

(35) Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, págs. 517-518, indica um total de cerca de 1.200.

(36) Joaquim Leitão, *op. e loc. cit.*, 2.º ano, n.º 16. É típico o aspecto de certos lanços de ruas da Póvoa, com estas fachadas brancas que parecem simples muros, apenas com portas de quando em quando, e o mesmo beiral estreito, corrido para todas elas. Hoje porém predominam as fachadas de cores variadas e garridas, entre as quais por vezes se vê uma ou outra rara fachada estreita e branca, como nesses velhos tempos.

(37) Nas ruas baixas do bairro sul, aonde, no inverno, as enxurradas eram mais violentas, o pavimento dessas casas ficava muitas vezes inundado, chegando mesmo a verem-se as «maseiras» do «encasque» vogando dentro delas como se fossem pequenos barcos.

(38) Era ao postigo da porta da rua que a rapariga poveira namorava: «ela de dentro da casa, deixando ver pelo postigo o seu... rosto, ... e ele junto à ombreira de fora» (Santos Graça, *op. cit.*, pág. 177, com uma gravura).

(39) Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, pág. 518, baseando-se no Inquérito Industrial de 1890, indica, como medidas destas casas, além dos 2,5 a 3 m de altura, 3 a 4 m de frente por 6 a 7 de fundo. De facto, vêem-se ainda algumas casas extremamente estreitas, mas muito raramente. A média que constatamos é a que consta do texto. O autor tem sem dúvida em vista as casas de pedra e cal, mas talvez as medidas que dá digam respeito à média das casas de madeira que mencionamos atrás, que então ainda ali existiam correntemente, e eram certamente mais pequenas do que as outras.

(40) Vimos já que a uma dessas ruas davam mesmo o nome de rua de Trás dos Quintais.

(40-a) É relativamente frequente a existência de tabiques de madeira à vista separando uma casa da vizinha. Aproveitamento de espaço para maior rendimento do proprietário, ou restos ou reminiscências de antigas casas de madeira, em que essa solução seria certamente muito corrente?

(41) No n.º 115 da rua Miguel Bombarda, encontra-se uma destas casas cuja sala é também térrea como a cozinha; mas de facto são visíveis os sinais de ter sido originariamente soalhada.

(42) Numa casa do bairro sul, a trave era um antigo mastro de lancha, que ainda se vê no «forro».

(43) Santos Graça, *op. cit.*, pág. 161.

(44) De facto, aproximadamente a altura da parede da frente.

(45) Os topos e o fundo das camaretas, e o fundo do camarote entre elas, eram as próprias paredes da casa, sem revestimento de madeira.

(46) As camaretas que indicamos, com as divisões em tabique, são as descritas por Santos Graça, de que de facto encontramos um último exemplar perfeito na casa n.º 122 da rua do Norte (actualmente rua Latino Coelho). Cremos porém que o simples tapamento de madeira a separar as duas camaretas (Des. 3), tal como se vê ainda na casa n.º 85 da rua Miguel Bombarda, deve também ter sido usado.

(47) Nas casas de pescadores da ilha de Marken, no antigo Zuiderzee (Holanda), de acordo com o exemplar que se encontra no Museu Holandês ao Ar Livre, de Arnhem, ao fundo da divisão que serve de cozinha e de quarto, para a qual se entra directamente do exterior, vêem-se duas alcovas contíguas; e informam-nos de que os filhos da casa dormiam também no chão sob essas alcovas, devido à falta de espaço, e porque assim ficavam mais abrigados do frio. (Veja-se o que a respeito do costume poveiro de se colocar o berço com os filhos pequenos debaixo da «camareta», costume parecido com o holandês que aqui apontamos, mas com sentido diferente evidente, dizem Raúl Brandão, *Os Pescadores*, Lisboa, 1923, pág. 59, e Cândido Landolt, *Folklore Varzino*.)

De facto, aquelas casas têm acomodações extremamente precárias: além da divisão que mencionamos, servindo de entrada, cozinha e quarto, onde se encontram as duas alcovas, existe só uma pequena sala lateral, que serve apenas para nela se disporem os objectos de adorno e decoração mais ricos da família. É interessante notar-se que, a despeito dessa exiguidade especial, o elemento cerimonial prevalece sobre as considerações de utilidade funcional: uma daquelas alcovas é apenas de aparato — como a pequena sala lateral —, e

enquanto a gente nova dorme no chão, exibem-se nela as belas cobertas e travesseiras de luxo, das bodas do casal.

Na casa rústica portuguesa, de um modo geral, a sala tem também muitas vezes uma função primordial exclusivamente e, por vezes, expressamente cerimonial, ligada em especial com os actos de carácter religioso, nomeadamente a visita pascal e a velada fúnebre, e às vezes casamentos e outras solenidades festivas. A despeito também da falta de espaço, ela fica à margem do movimento normal da casa, mostra muitas vezes ornatos estruturais que pelo seu esmero contrastam visivelmente com a singeleza do resto do edifício; é lá que se encontram as melhores peças do mobiliário; etc.; e, em certas áreas, nela se vê sempre um oratório, que por vezes se situa mesmo num nicho de parede. Atestando este carácter cerimonial da sala, essa divisão é conhecida na Murtosa pela designação de «Sala do Senhor» (Cfr. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, «Casas da Maia e Casas de Esposende», in: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. xv, Fascs. 1-2, Porto, 1954, págs. 55/84; id., *Um tipo de casa rural dos arredores do Porto*, in: *Douro-Litoral, Sétima Série, VII-VIII*, Porto, 1956; e id., *Casas da Murtosa*, em publicação). Numa ordem de ideias semelhante, vemos na Dinamarca, numa casa rural de Romo, na Jutlândia do Sul (N.º 19 do Museu ao Ar livre de Copenhague), uma divisão que se chama o «quarto do morto», porque era ali que se colocava o cadáver até à hora do funeral.

(48) É frequente ver-se um ou dois toros de madeira postos verticalmente entre o barroto frontal das «camaretas» e o madeiramento do telhado, servindo de escoras ou travações.

(49) A. Santos Graça, *op. cit.*, pág. 162.

(50) «A família poveira come ao centro da casa: um banco, quando não é o próprio soalho, serve de mesa, sentando-se no chão todos em volta. Não há garfos; comem à mão, todos da mesma bacia, bebendo também pela mesma garrafa» — a garrafa de bojo largo e gargalo estreito, cuja rolha tem um furo por onde o vinho é *coado* para demorar a bebida, e que um pino de pau tapa. O Poveiro tem duas refeições ao dia; o jantar, ao meio-dia, e a ceia, à noite; quando faz frio, de madrugada, toma umas migas de unto açucaradas — o *regalo* com que a mulher o regala quando ela chega do mar, nas noites frias. Pelo dia fora, se a estômago aperta, petisca um bocado de broa do «balaio»; o seu principal alimento é porém o peixe; deita-se cedo, depois da ceia; se tem de ir amarrar à proa, deita-se ao pôr do sol, e toda a família faz o mesmo; e levanta-se também cedo, à hora da missa primeira.

O Poveiro trabalha, do mesmo modo, geralmente acororado ou sentado no chão ou em pequenos bancos, ou caixotes; de dia, como já dissemos na Nota 31, junto da porta, que está sempre aberta, para se ter melhor luz, para ver quem passa, e principalmente por costume. O homem, em princípio, só trabalha no mar, e em terra e em casa não faz nada; os trabalhos domésticos, a cozinha, o cuidar dos filhos, etc., e mesmo aqueles que se relacionam com as redes — o «adoçar» e o «encascar» são feitos apenas pelas mulheres, a quem compete a administração do dinheiro, que o homem lhe entrega integralmente, reservando para si unicamente o «dinheiro das partes», com que paga os seus cigarros e um copo na taberna. Na realidade, porém, ele também trabalha em casa, fazendo e compondo redes, de dia e principalmente nos «serões», que têm lugar a cada passo, à noite, nas casas que tenham mais espaço livre na sala: reúnem-se duas ou três famílias, e aí reparam em conjunto as redes que vêm do mar, preparam o fio para as redes novas, tecem-nas, beneficiam-nas, pisam a casca para o «encasque», etc. Os noivos aí ajudam a rapariga a preparar as redes do seu dote. Estes serões começam à uma hora da madrugada, e acabam ao romper do dia; todos trabalham, desde os 7 anos de idade, e ao mesmo tempo que trabalham, contam-se histórias, lendas, casos acontecidos, etc., e no fim, rezam um Padre-Nosso «pelos que andam nas águas do mar». (A. Santos Graça, *op. cit.*, págs. 162/165).

(51) Numa casa rural de Ostenfeld, no Schleswig do Sul (Dinamarca), (N.º 25 do Museu ao Ar Livre de Copenhague), vê-se, no que podemos chamar uma versão de luxo, uma peça correspondente ao «balaio» poveiro — de resto conhecido em formas parecidas e sob diversas designações, em várias outras regiões do País: — Duas prateleiras verticais, onde também se coloca o pão, ligadas por três tábuas verticais, duas nos topos e uma a meio, recortadas a capricho, donde partem as cordas que as prendem às traves do tecto.

(52) Cfr. Raúl Brandão, *op. cit.* Veja-se também Nota 47, o costume parecido na Holanda, embora com um sentido diferente.

(53) A. Santos Graça, *op. cit.*, pág. 162. A «graixa» é o óleo de resíduos de peixe, «que enfuma as paredes e cheira que tresanda» (Raúl Brandão, *op. e loc. cit.*).

(54) Com efeito, todos os nossos informadores são unânimes em dizer que cada família cozia sempre a sua fornada periódica. Os fornos de pão subsistem em muitas casas, e em muitas outras são nítidos os seus vestígios. Acresce que uma das peças características do mobiliário destas cozinhas é a *caixa*, *caixão*, *arca* ou *tulha*, para o milho, e a *masseira* do pão.

(55) Estas «tinhas» eram geralmente barricas que haviam contido alcatrão, e por isso estanques. Encontram-se ainda hoje numerosos exemplares, com os aros de madeira, muitos deles agora cimentados por dentro. Santos Graça (*op. cit.*, pág. 163), esclarecendo que a salga da sardinha se faz em Janeiro, fala também, para este efeito, em cântaros de barro.

(56) Vemos aqui mais um caso em que é patente a semelhança de aspectos culturais na Póvoa de Varzim e a Lombada serrana de Trás-os-Montes: em ambas as áreas, três gerações da mesma família vivem sob o mesmo tecto, em economia conjunta, e este núcleo articula-se num corpo social fortemente coerente, dominado decisivamente por um fundo sentimento de solidariedade e unidade de casta. Falámos na Nota 1 na hipótese que filia o grupo poveiro, do mesmo modo que as actuais comunidades serranas minhotas e transmontanas, nas gentes célticas da civilização castreja, contra a teoria clássica da sua ascendência fenícia e normanda (sobre um substractum céltico é certo), sustentada em primeira mão por Fonseca Cardoso; e vemos aqui mais um elemento que parece relacionar estas culturas. A despeito porém do seu possível parentesco de origem, deve dizer-se que a unidade familiar extensa não é na Póvoa tão perfeita e definida como na serra transmontana, tal como Jorge Dias a descreveu, e parece mesmo de natureza diferente. Ela ocorre esporádica e incompletamente, e mais por razões circunstanciais do que em obediência a uma lei orgânica tradicional e geral da comunidade. Murdock, de resto, não considera a simples coabitação o factor definatório do conceito de família extensa (George Peter Murdock, *Social Structure*, New-York, 1949).

(57) Qualquer sítio da sala servia para a gente nova dormir no chão. Uma mulher recorda-se de, em criança, dormir debaixo do paneiro, enquanto que os pais vedavam a camareta com um pano que fazia de cortina.

(58) O «Respeito» poveiro pode na verdade considerar-se um elemento cultural basilar da comunidade, que aflora de maneira efectiva em múltiplas instituições. De certo modo, pode dizer-se que a «grei» constituía uma gerontocracia de homens de vida austera e de bom conselho «os homens de respeito», com o prestígio da idade, experiência ou saber, e probidade. O pescador poveiro nunca recorria aos tribunais ordinários — as Casas Grandes —, para as soluções das suas demandas, e considerava fazê-lo uma desonra e uma traição à classe, que desclassificava um seu membro. As suas questões eram derimidas por arbitragem, em que intervinham três «Homens de Respeito» — um escolhido por cada parte, e o terceiro nomeado pelos outros dois —, sendo as suas decisões aceites sem discussão. Mais tarde, os «Homens de Respeito»

eram por vezes ouvidos em Tribunal, nos julgamentos entre pescadores, e o seu parecer pesava decisivamente na apreciação do caso. Ainda hoje, «a arbitragem dos Homens de Respeito prevalece... nas *Posturas* para a dissolução de sociedade entre companheiros donos de barco; quando resolvem deitar *posturas*, nomeiam, na forma já conhecida, os árbitros, a quem entregam as chaves da *fábrica*, onde estão os aprestos marítimos, e indicam quais são os restantes haveres da sociedade». Era também o «respeito» que mantinha a vigência e salvaguarda da lei tradicional da comunidade — os *preceitos* —, por que se regia a vida social poveira. Os *preceitos* regulam o amparo e auxílio que é devido ao companheiro doente, à viúva e ao órfão, e ainda o socorro a «prestar» na barra ao barco em perigo, e obrigam à previdência na organização de novos lares. E eis como os Estatutos de *Compromisso Da Irmandade da corporação dos pescadores desta vila da Póvoa de Varzim* define o pescador: «É considerado pescador todo aquele que sem dolo nem malícia se empregar no exercício da pescaria, levando a sua vida por este emprego e arte, ao menos a maior parte do ano»... (Transcrito por Fonseca Cardoso, *op. e loc. cit.*, págs. 519/20).

Na vida privada, familiar e doméstica, encontramos o «respeito» na obediência e deferência de tratamento dos pais, padrinhos e pessoas idosas, na sobriedade da vida, na austeridade dos princípios por que se regia a conduta das pessoas, no pudor e recato das relações entre os sexos, na outrora frequente observância da virgindade do próprio homem antes do casamento, na protecção às raparigas, na condenação que implicava a frequentação do bordel, que chegava a tomar a forma da exclusão do rapaz, etc. E, «quando as mulheres se pegavam, as... velhinhas vinham e apartavam, depois perguntavam quem tinha sido a causadora do barulho, e obrigavam-na a ir pedir perdão à ofendida (A. Santos Graça, *op. cit.*, págs. 17/22 e 65/69). Emílio Willems, no seu estudo da comunidade de Cunha (Brasil), fala também do «respeito», entendido num sentido afim do que indicamos, como lei fundamental da vida social do grupo.

(59) De facto, Santos Graça deixa entender que foi nos últimos anos do século passado que a casa poveira, sob a influência do emigrante brasileiro, começou a tomar aspectos diversos (*op. cit.*, pág. 161, nota); e esta opinião é corroborada com o que diz Joaquim Leitão (*op. e loc. cit.*, 2.º Ano, N.º 16, 15 de Junho de 1913).

(60) Deve entender-se contudo que as diferentes formas intermédias, marcando embora estádios logicamente encadeados desta evolução, aparecem de facto com inteira independência cronológica uns dos outros — isto é, a ordem

lógica não acompanha a cronológica; assim, numa casa mais recente do que outra, aparecem soluções que nesta última já haviam sido superadas; e, em relação a um determinado elemento, certas inovações, que patenteiam o sentido geral implícito dessa evolução, vêm-se às vezes num número muito restrito de exemplares. O que todas elas realmente acusam é a mesma direcção dentro do processo genético, no sentido da progressiva transformação do «falso» num verdadeiro andar.

(61) Lógicamente anterior a esta forma, dão-nos vários informadores de idade notícia de casas em que se verificou apenas a pura e simples supressão da armação das «camaretas». A sala ficou desse modo ampla e livre, e nela se dispuseram, à mistura com as redes, aprestos e mais objectos, as camas e outros móveis que então se compraram, e que teriam constituído o luxo e o orgulho dos seus possuidores. Vimos algumas, embora raras, casas deste género, com uma sala única, sem outras divisões e que mostravam nas paredes vestígios da primitiva armação das «camaretas». Esta fase, contudo, coloca-se fora da escala evolutiva das modificações da casa poveira primitiva, e por isso a excluimos do texto.

(62) Estes quartos ocupam assim dois cantos da sala: um, junto à parede frontal da casa; outro, atrás, junto à parede divisória da cozinha. Por vezes, num terceiro canto da sala, geralmente também junto à divisória da cozinha, no canto oposto ao que acabamos de mencionar, existe outro cubículo. As portas destes quartos são quase sempre de duas folhas, e têm bandeiras de vidro.

(63) Exemplos de casas deste tipo nos N.ºs 89 e 118 da rua Miguel Bombarda, e N.º 53 da rua da Lapa.

(64) Exemplo de casa deste tipo no N.º 51 da rua 31 de Janeiro.

(65) Exemplo de uma casa deste tipo, em que o tecto da sala é de madeira, no N.º 32 da rua da Lapa. Note-se que o forro nunca recobre a cozinha, que fica sempre com o telhado à vista; apenas numa casa, vimos um «falso» que avançava parcialmente sobre a cozinha, que ficava a um nível inferior ao do resto da casa.

(66) Exemplos deste tipo de casas nos N.ºs 93 da rua Miguel Bombarda, 91 da rua 31 de Janeiro, etc.

(67) Casas com óculo ou postigo quadrangular, na rua António Graça, entre os N.ºs 140 e 152, e também diversas na rua 31 de Janeiro, e N.ºs 70 a 74 da rua das Hortas. Com óculo ou postigo redondo, na rua Serpa Pinto, N.ºs 40, 42, etc.

(68) Exemplos de mirante prolongando a fachada, a meio, nas casas N.ºs 112 e 120 da rua Serpa Pinto, 136 da rua 31 de Janeiro, no Beco da rua das Hortas, na Poça da Barca, etc.

(69) Exemplos deste tipo de casas na rua da Assunção, n.º 41, e na rua Serpa Pinto, n.º 122.

(70) Exemplos desta categoria nas casas n.ºs 68 da rua da Assunção e 25 da rua da Lapa, com «mirantes» revestidos de chapa, recuados, a toda a largura da fachada.

(71) O Sr. Fernando Barbosa esclarece-nos que em 1846 havia 26 famílias poveiras já instaladas ao Sul da extrema do concelho, na Poça da Barca, em consequência do desenvolvimento e expansão da Póvoa, junto à orla costeira. Nas Cachinas, ainda nada havia, salvo alguma casa isolada, de lavradores. O documento em que este distinto investigador se baseia para esta afirmação, é uma Portaria do Governador Civil, datada de 24 de Janeiro de 1846, presente à sessão da Câmara da Póvoa de 7 de Fevereiro do mesmo ano, que foi por ele descoberto e estudado em primeira mão, e do qual, com sua autorização, damos a seguir o teor: Aquela autoridade determina que «esta Camara informe acerca do requerimento de Maria Roza Viuva da rua da Poça da Barca, que pelo Ministerio dos Negocios Eclesiasticos, e da Justiça requereu a desmembração da sua Caza, e de mais vinte e cinco moradores que pertencem à freguezia de São João Baptista de Villa do Conde, para ser aneexada a esta Villa da Povoia por assim a conveniencia temporale espiritual dos moradores da referida rua; allegando a requerente que a dita rua dista quarto de legoa da Igreja Matriz de Villa do Conde, mettendo-se de permeio regatos que no inverno fazem o caminho intranzitavel, de que tem resultado fallecerem sem Sacramento algumas das pessoas que occupavão as mesmas Cazas, e serem enterrados os cadaveres d'outras occultamente no Cimiterio desta Villa, sem assistencia do proprio Parocho». A Câmara informou que era exacto o alegado pela requerente, «por que sendo certo que a dita rua da Poça da Barca, bastante extença pertence a esta Villa e freguezia, apenas uma piquena fração entrou pelos lemittes da freguezia de São João Baptista de Villa do Conde em que existem os moradores mencionados pela requerente, sendo consequentemente de toda a justiça que aquelles moradores pertenção a esta Villa». O mesmo investigador chama ainda a nossa atenção para um texto que consta do Livro de Atestados da Câmara, datado de 8 de Agosto de 1849, do qual se conclui que, nessa época, havia na Poça da Barca apenas uma rua, com essa designação (a qual representa o prolongamento da rua da Areia, hoje 31 de Janeiro, da Póvoa),

que deriva do nome «d'um lugar outrora mui pouco habitado por Ordinarios Cabaneiros». É o seguinte o teor do referido documento: «A Camara Municipal do Concelho da Povoia de Varzim — Atesta q.^e é verdade nos limites desta Villa da Povoia de Varzim há uma rua denominada — de Poça da Barca — cujo nome bem de tempos mui remotos tomando este titulo d'um lugar outrora mui pouco habitado por Ordinarios Cabaneiros, hoje porem se acha em forma de rua com boas propriedades e fazendo parte da grande população desta Villa; quase no centro porem desta rua se acha um marco que divide as duas freguesias contiguas — Povoia e Vila do Conde — e a esta ultima fica pertencendo parte da população daquella rua; não há duvida que este povo fica distando meia legua da sua Matriz — Va do Conde — e por terreno solitario, e em tempos invernozos de mui incomodo transito, é igualmente certo que ficão muitas vezes sem sacramentos a tempo, pois não é porem esperar outra cousa quando para os supplicar é necessário q.^e o portador gaste pelo menos meia hora e muito mais d'outro tanto é necessário para prontificar o auxilio pedido. O referido é verdade. Povoia de Varzim em sessão de 8 de Agosto de 1849. Eu Antonio Joaquim de Sant'Anna Escrivão da Camara o escrevi — José Pedro Carneiro — Presidente».

(72) No sítio do Coval, freguesia de Tecla.

(73) Vide Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, Casas da Maia e Casas de Esposende, *loc. cit.* Note-se que estas duas regiões enquadram precisamente, a S. e a N., a área da Póvoa de Varzim. Uma hipótese a investigar e a esclarecer seria pois a da relação entre as alcovas-armação de cama móvel — as «camaretas» poveiras —, que vimos disporem-se sempre duas a duas (e mesmo, nos casos mais perfeitos, simêtricamente de cada lado do «camarote»), e as alcovas-cubículos das casas da Maia e de Esposende, que se dispõem também duas a duas, simêtricamente de cada lado da porta do corredor ou escada. Na Póvoa de Varzim vimos mesmo uma casa na rua da Lapa, N.º 55, portanto em plena área das «camaretas», com a disposição interior das casas da Maia e de Esposende: ao fundo da sala — e não ao lado —, duas alcovas-cubículos, a cada lado da porta do corredor que conduz, entre elas, à cozinha.

*

* *

Conhecemos, em Portugal, outro caso especial de alcova, na descrição de uma velha casa de mareantes da Foz do Douro, em que se menciona o «armário

de beliches» no corredor, «onde dormiam os rapazes» (Cfr. Raúl Brandão, *op. e loc. cit.*); é difícil porém afirmar se se trata de uma alcova-móvel, se de uma alcova-armação, talvez com cama fixa. Neste caso, seríamos tentados a pensar na influência de conceitos e formas próprias de culturas marítimas — os beliches de bordo —, na formação dessa peça mobiliária, tanto mais que toda a casa e vida de casa traduziam essa influência dominante. A este respeito lembramos também uma passagem de A. de Musset, que diz: «...une armoire à alcôve s'ouvrait, contenant deux lits...».



Fig. 1 — Exemplo de casas de madeira, hoje totalmente desaparecidas.

Fotografia cedida pelo Museu da Póvoa.

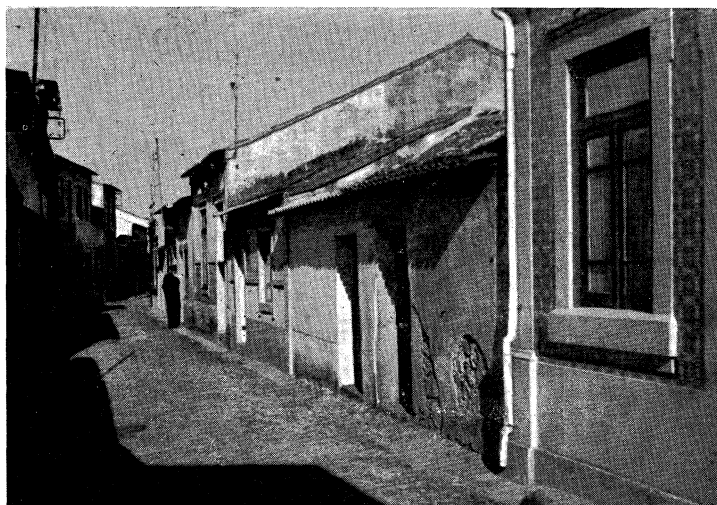


Fig. 2 — Velhas casas de pescadores, de alvenaria.
(R. Miguel Bombarda, 115).



Fig. 3 — Velhas casas de pescadores, com o telhado, por excepção, a uma água só. (Trav. da Caverneira).

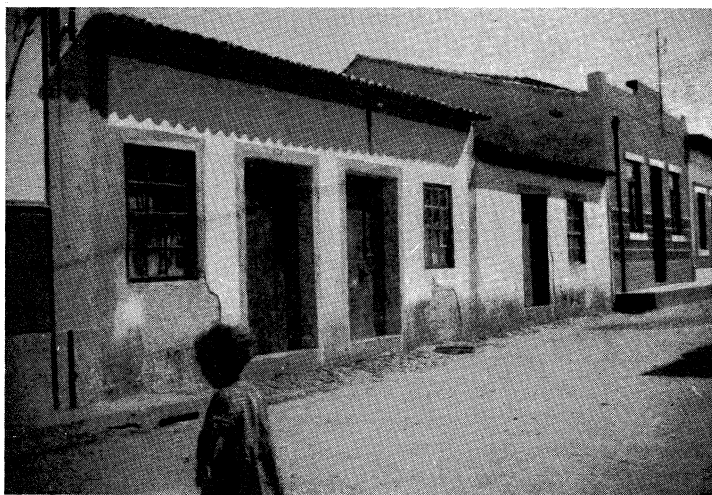


Fig. 4 — O falso mais alto implica uma fachada mais elevada, mas a casa conserva as suas linhas fundamentais.

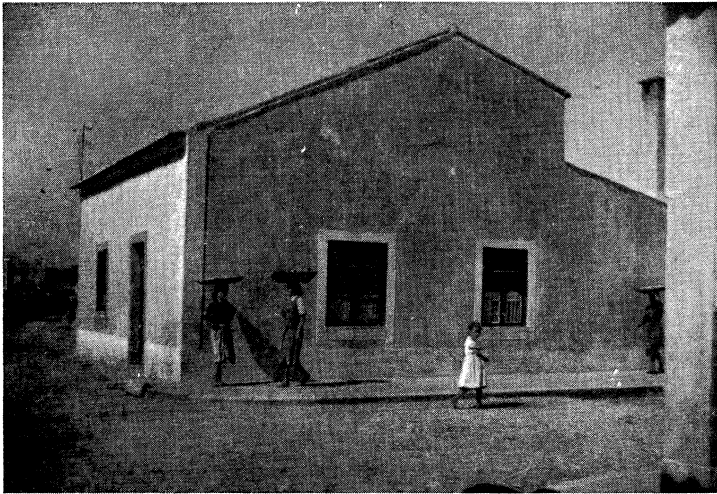


Fig. 5 — À frente vê-se apenas a parede alteada da fachada, enquanto que atrás o falso constitui já um andar com janelas.



Fig. 6 — Na casa da direita notam-se as traseiras do falso, erguido acima do telhado da cozinha. Na da esquerda não existe falso. (R. Miguel Bombarda).



Fig. 7 — Casas com postigos de iluminação do falso.
(R. António Graça, 140/152).

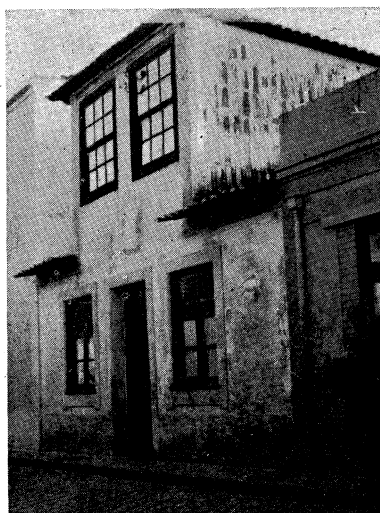


Fig. 8 — «Mirante» a meio da fachada, interrompendo o beiral.
(R. Latino Coelho, 61).



Fig. 9 — «Mirante» recuado a meio da largura do telhado. (R. da Assunção, 41). Esta casa tem na padieira a data duvidosa de 1600.



Fig. 10 — Em lugar do «mirante» a meio, a parede corre de lado a lado da casa, um pouco recuada do beiral. (R. da Lapa, 25).

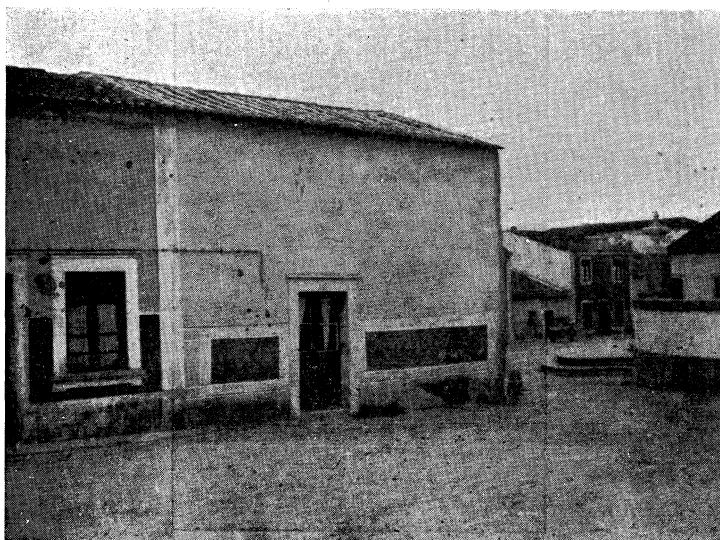


Fig. 11 — Casa da esquina do Largo da Lapa.

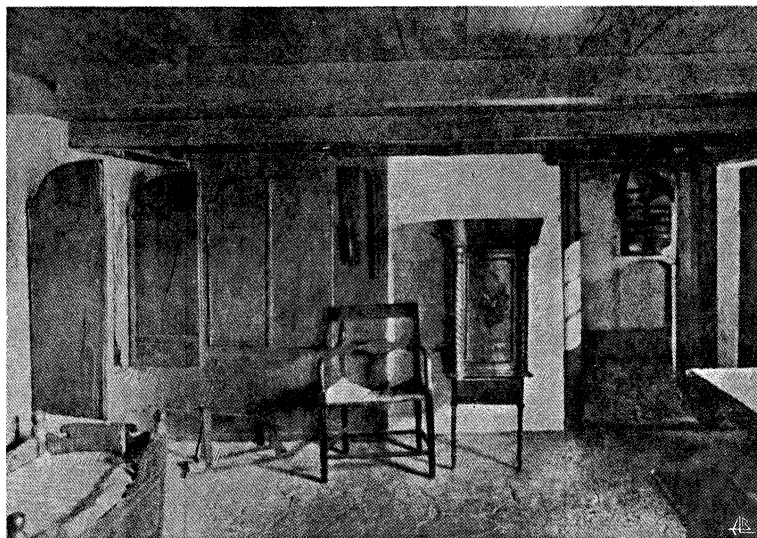


Fig. 12 — Casa de pescadores de Agger, na costa do Mar do Norte (Dinamarca) (n.º 28 do Museu ao ar livre de Copenhague). — Alcovas-armação de cama fixa.



Fig. 13 — Interior duma casa rural da aldeia de Vlagtwedde, província de Groninga (Holanda). — Alcovas-armação de cama fixa.